

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIENCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

Armênios em São Paulo: mobilização e genocídio

Artur Attarian Cardoso Camarero

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de Geografia
da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências
Humanas da Universidade de São Paulo
para obtenção do grau de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Heinz Dieter Heidemann

São Paulo
Novembro/2013

O Urubu Mobilizado

Durante as secas do Sertão, o urubu,
de urubu livre, passa a funcionário.
O urubu não retira, pois prevendo cedo
que lhe mobilizarão a técnica e o tacto,
calá os serviços prestados e diplomas,
que o enquadrariam num melhor salário,
e vai acolitar os empreiteiros da seca,
veterano, mas ainda com zelos de novato:
aviando com eutanásia o morto incerto,
ele, que no civil quer o morto claro.

2

Embora mobilizado, nesse urubu em ação
reposta logo o perfeito profissional.
No ar compenetrado, curvo e conselheiro,
no todo de guarda-chuva, na unção clerical
com que age, embora em posto subalterno:
ele, um convicto profissional liberal.

João Cabral de Melo Neto

AGRADECIMENTOS

Um trabalho acabado, submetido às médias do mercado, apaga os processos que nele foram reificados. Não consegui deixar de escrever nomes e agradecer por isso e aquilo, ou seja, pelas contribuições mais diretas à elaboração desse texto, mesmo sabendo que isso de certa forma incorre num recorte estritamente meritocrático. Mesmo assim, com essas ou outras palavras não conseguirei, na minha condição de sujeitado, dar dimensão aos significados que resultam desse processo. Por isso, continuo acreditando que existem formas mais significativas de agradecer. Uma delas é estar e querer continuar junto, em relação com as pessoas, sendo elas citadas mais abaixo ou não.

Agradeço a todas e todos com quem pude trocar idéias sobre os armênios em São Paulo, sobre o genocídio e a diáspora armênia durante todas as fases de elaboração desse texto; quem trincou perto, quem trincou longe ou de longe. Esse trabalho é em grande parte resultado de estudos em grupo, sem esses companheiros as coisas seriam bem mais difíceis.

Aos amigos e amigas que vieram desses anos, Rádio Várzea, a rapa noturno 2007, ao BilliHits que joga como nunca, mas perde como sempre.

Agradeço a professora Deize Crispim Pereira, pela paciência quando fui seu aluno na época em que quebrei o braço e fiquei um “tempinho a mais” com os materiais do Departamento de Línguas Orientais, o qual ela abriu gentilmente as portas. Agradeço ao Heitor Loureiro por estar sempre na disposição e por tantas indicações, ajudas e conversas. Ao pessoal do Grupo *Armênios: Genocídio, Imigração e Memória*. A Any Woskerjian, prima, que separou materiais quando soube que tinha começado a pesquisar, assim como à minha mãe. Ao viajado primo João mesmo faltando minha visita! Meu pai e Soraya que deram confortável apoio lá em Botucatu em momentos importantes da escrita. Aos compas de casa e o Blues... à Teresa que ajudou a dar cara de texto ao segundo capítulo, emprestou máquinas e ouvidos, que aguentaram esse papo *massacrante*. À Marizinha, pela paciência e ajuda também com o

segundo capítulo. À Carol, que fez uma leitura importante mesmo na correria. Renatinha ajudou a enxergar outras possibilidades de organizar o texto. Ao Fernão, que indiretamente contribuiu muito quando trouxe da Espanha o “La Movilización General” para aquela gente querida! Ao Allinha, Carol e Daniel, Chico e Marcha que ajudaram no projeto de iniciação. Ao Carlão que ajudou quando não sabia por onde começar e entre tantas falou para fazer a tal “cartografia do texto”, que ler devagar é mais rápido. À Marta que sempre se interessou pela pesquisa e ajudou com o “maleta” do Bruneteau. Ao Erick que se dispôs a ler e discutir os primeiros e confusos escritos, “tabelas” importantes!

Enfim, às pessoas próximas que leram, comentaram e de muitas maneiras ajudaram com conversas sobre a pesquisa, com os confusos fragmentos, projetos de pesquisa, indicações, correções, diagramações, relatórios, versões, burocracias em geral, etc., etc.

James Onnig Tamdjian, que desde o começo foi muito solícito, ajudando demais com os contatos de entrevistas e contribuindo muito em nossas (ainda poucas) conversas permeadas de análises.

Ao pessoal da lista do Núcleo Interdisciplinar de Estudos Migratórios pelas indicações e em especial ao Hélion Póvoa Neto que passou um material importante em inglês que vou demorar a ler pela quantidade e qualidade, grande ajuda para a sequência dos estudos.

Grande agradecimento aos entrevistados e informantes que sempre me receberam muito bem.

Ao Dieter pela paciência e portas abertas em meio a tanta impessoalidade dos ambientes da faculdade; pelas “pulgas atrás da orelha” que desde o primeiro semestre vem colocando e por insistir nas entrevistas como o “molho” do texto.

À Elvin Jones, Jimmy Garrison, Mccoy Tyner e John Coltrane.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS	2
ÍNDICE DE FIGURAS.....	5
INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO	6
1. A QUEDA DA SUBLIME PORTA E O GENOCÍDIO ARMÊNIO	10
1.1 O problema da armênia trans-histórica e o recorte histórico desse estudo	10
1.2 Mobilidade do trabalho e diáspora armênia: problematizando a noção de diáspora armênia como noção cultural e identitária	13
1.3 Questão Armênia no século XIX	18
1.4 Massacres hamidianos	20
1.5 Primeira Guerra e o genocídio de 1915-23	23
1.6 Mobilização geral e extermínio como acumulação de capital na formação nacional da Turquia.....	33
2. ARMÊNIOS EM SÃO PAULO. DA MOBILIZAÇÃO GERAL À MOBILIZAÇÃO NA DIÁSPORA..	42
2.1 Contexto da chegada dos imigrantes armênios: formação interna de capital e avanço da divisão social do trabalho no período da República Velha (1889-1930)..	42
2.2 A chegada dos armênios mobilizados pelo genocídio e a formação de uma identidade como estratégia de reprodução	46
2.3 A mobilização dos refugiados e as redes da chamada “ajuda-mútua”	56
Considerações e perguntas	72
Referências Bibliográficas.....	75

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1. Pan-turanismo e territórios referentes à chamada Armênia Histórica.....	11
Figura 2. Declínio do Império Otomano.....	31
Figura 3. Rotas das deportações em massa ou “marchas da morte”.....	38

INTRODUÇÃO E APRESENTAÇÃO

Esse trabalho começa como todos, como uma imposição fantasmagórica, ou mais concretamente, como uma obrigação. A obrigação de terminar a graduação em geografia pelo templo do positivismo bandeirante.

Sendo assim, fui obrigado a inventar um tema de estudo. Acontece que ao longo do percurso de graduação participei de grupos de estudos que não têm um discurso apologético da ciência, muito menos da geografia e, tive vários interesses de estudo. Esses dois fatores fizeram com que eu chegassem aos 20 créditos finais sem nenhuma construção “natural” de pesquisa, algo que tivesse a ver com algum momento específico da graduação ou uma identificação passional. A necessidade da invenção se impôs tal qual os nacionalismos e seus conseqüentes massacres de homogeneização.

Meus bisavôs por parte de mãe eram armênios. Vieram ao Brasil como refugiados do genocídio. Embora eu não tenha vivenciado quase nada do que se entende por *armenidade* durante minha criação com a família da minha mãe¹, o parentesco me colocou diante desse capítulo tenebroso do século XX, o século que Gaudemar (1988) aponta como aquele que parece ter inventado as deportações em massa.

A ideia crítica de modernização e seus desdobramentos desenvolvidos por Kurz pareciam ser o pano de fundo para as reflexões dos temas que tomei contato pelos grupos de estudo, nas matérias do Dieter ou durante os estudos e filmagem do filme *Boiada*. A modernização coloca a tautologia da valorização e o fetichismo da mercadoria como fundamentos contraditórios, críticos da relação-capital que no seu processo histórico inventou formas de dominação de uma violência “inadjetivável”.

Por necessidade, por falta de ideia melhor, mas aos poucos por interesse ao tema, - por ser, de alguma forma, parte da minha história - a mobilização, a diáspora dos armênios por conta do genocídio tornou-se o tema

¹ Minha avó conta que seu pai, natural de Ourfa, costuma dizer: “terra nova, vida nova”.

deste trabalho de graduação. Interessou também a possibilidade de estudar a violência que caracteriza a relação-capital e junto a isto, a violência que um momento como o genocídio evidencia. Com a decisão tomada, a pesquisa começou mais ou menos no segundo semestre de 2011, na matéria ministrada pelo Dieter e o grupo dos mobilizados de sexta-feira; demorou a ganhar algum corpo e uma dedicação que tivesse como companheira não só a obrigação, mas também uma vontade de compreender os processos. Nessa pesquisa tive dificuldades e incômodos para levar em conta o particular e não ficar carimbando conceitos formulados a partir de outras realidades e momentos históricos, por isso a relativa dependência no texto de Grün incomoda desde já.

Nesse ponto, o livro “La movilización general” de Jean Paul de Gaudemar teve importância nas discussões dessa pesquisa. Houve a tentativa de lê-lo criticamente e o assim chamado argumento politicista mostrou-se mais complexo do que isso. É um texto com foco no papel histórico do Estado, nos momentos que o autor entende por mobilização geral, as guerras de liberação nacional, A Grande Guerra.

Levando em conta a ideia de que Estado e Mercado são duas faces da mesma moeda no moderno sistema produtor de mercadorias (Kurz, 1992), o Estado tem forte importância no argumento desenvolvido por Gaudemar. Isso em alguns momentos pode ser entendido como uma leitura politicista, cindindo a esfera política no argumento, mas a materialidade de um extermínio planificado dá ao Estado o lugar do deportador em massa, encarcerador em massa, enfim de polícia. Estado e o mercado dão as mãos para realizar materialmente (haja sangue!) e abstratamente (haja dinheiro!) a mobilização geral, em meio à objetividade da relação-capital, sem dúvida, mas por isso o peso histórico que Gaudemar dá ao Estado no seu argumento não é desconsiderável.

Não queremos, assim, propor um estudo sobre a armenidade com viés cultural, esse seria o lugar comum mais comum para esse texto. As leituras sobre o massacre, o genocídio que contabilizou mais de 1.500.000 pessoas mortas de diversas formas, ocorrido em meio a Guerra de 1914 e para além

desta, além de relatar os horrores que foram a mobilização geral, as deportações, o extermínio planificado pelo governo proto-fascista dos Jovens Turcos; essas leituras da assim chamada armenidade costumam ser simplesmente positivas à cultura armênia, à identidade e à nação trans-histórica e seu cristianismo pioneiro.

Intentamos apontar para a construção identitária da Armênia, como um discurso que aglutinou “elementos culturais armênios” quando a Armênia não existia, sendo, portanto, uma invenção típica da sociedade produtora de mercadorias, que enxerga seus nexos sociais, a mediação pelo trabalho abstrato, nos períodos anteriores e distintos do seu tempo. Fazer apologia a qualquer uma das instituições do nacionalismo e as respectivas categorias do pensamento moderno seria um equívoco. Se levado ao seu limite, seria fascismo, ou ainda, como diria Hobsbawm (1990: 22): “o nacionalismo requer muita crença naquilo que, obviamente, não é assim”.

De todo modo, a ideia não é ignorar a luta da Causa Armênia, a luta pelo reconhecimento do genocídio, mesmo considerando-a insuficiente frente ao que foi o genocídio, ao fato do Rio Eufrates ter sido tingindo de vermelho durante os dias tensos marcados pelas deportações através dos desertos da Síria.

Lidar com uma pesquisa que envolve violência de maneira tão explícita e absurda tem implicações bastante sérias. Uma delas é não cair na armadilha de pensar que esse foi um momento realmente violento, pensando de maneira dualista, em comparação com o tédio que essa vida urbana e democrática aparenta a um universitário branco classe média. Obviamente, as diferenças são enormes, o tempo é outro, mas a relação social do capital em momentos em que não há guerra declarada é sim muito violenta. Genocídio é uma realidade para o preto pobre periférico, no último dia 02 de outubro o massacre do Carandiru completou a antiga maioridade. Desde a troca de equivalentes até um momento em que se planeja e executa um extermínio, as abstrações sociais se sobrepõem e naturalizam diversas formas de violência e dominação.

Como é próprio da forma social, que determina e reduz a forma do pensamento, pensar a violência desse momento histórico em números nos incomodou ao longo deste estudo. Afinal, 1500000 não passa de uma sequencia de números escritos em um papel, pura abstração. Menos ainda fazer uma história dos personagens do espetáculo, ainda que seus nomes devam ser citados. Pensar a história no sentido de buscar compreender a que tipo de dominação estamos sendo sujeitados; nesse sentido quem assume as personificações? Sobre que bases materiais estavam o decadente Império? Quem eram os armênios dentro Império, suas ocupações, que regiões do território ocupavam? Qual foi o papel do discurso científico através do chamado darwinismo social para legitimar o extermínio étnico? Pensando nos armênios mobilizados em São Paulo, em que condições chegam, escolheram o destino? No que se empregam? Quem os emprega? Qual papel da comunidade armênia já estabelecida na reprodução dos refugiados do genocídio? E a chamada “especialização funcional”? Essas e outras perguntas não foram respondidas, mas nortearam esse texto. Além do ódio ao processo de modernização!

1. A QUEDA DA SUBLIME PORTA E O GENOCÍDIO ARMÊNIO

1.1 *O problema da armênia trans-histórica e o recorte histórico desse estudo*

A literatura que trata da história da Armênia remonta a períodos anteriores à era cristã, de forma a encontrar nestes períodos pré-modernos os elementos constitutivos da *armenidade*². Mais do que isso, a ideia de nação, Estado e povo armênio são hipostasiadas, tornando o que é relativo à relação-capital, à modernidade, um absoluto que atravessa o tempo.

Esta literatura releva o que de certa forma pode ser compreendido como uma “formação armênia” a partir de dois momentos longínquos e que permitem uma leitura trans-histórica, ainda que o segundo momento seja decorrente do primeiro. O primeiro diz respeito a uma espécie de história territorial. Tal interpretação parte do planalto armênio ou “Armênia Histórica” como habitat do povo armênio, território original e sempre ocupado pelos armênios. Como demonstra Porto³:

A região da Armênia não possui limites claramente definidos, entre outras razões devido aos diferentes formatos que a nação, sempre que independente, assumiu ao longo da sua história. Convencionalmente, os armênios reivindicam como “Armênia Histórica” a área delimitada ao norte pelos Montes Cáucaso, a leste e o oeste pelos mares Cáspio e Negro e ao sul pela alta Mesopotâmia, entre o alto Rio Tigre e Rio Eufrates. Para tanto, utiliza-se como referência o relato do historiador grego Heródoto, do

² De acordo com PORTO: A “armenidade” – ou seja, os parâmetros a partir dos quais os indivíduos caracterizam a sua identidade armênia – varia de acordo com os sujeitos implicados e com o contexto no qual ela é empregada. (PORTO, 2011: 6)

³ Vale dizer que Pedro Bogossian Porto em sua dissertação de Mestrado em Antropologia pela Universidade Federal Fluminense inicia a parte do texto dedicada à história dos armênios do Império Otomano dizendo: “Ao tratar da história dos armênios no Brasil é preciso evitar, sob risco de referendar um discurso que naturaliza a existência da nação armênia, a armadilha de retornar indefinidamente ao passado para tentar localizar as ‘verdadeiras raízes’ do grupo, como fazem seus principais relatos” (PORTO, 2011: 17).

século V a.C., um testemunho ao qual a comunidade remete com orgulho tanto pelo reconhecimento que a fonte possui – inclusive dentro do meio acadêmico – quanto por sua ancestralidade. (PORTO, 2011: 17)

Seguindo esta interpretação, o reino Urartu, que data por volta do século IX a.C., seria a origem do que veio a ser o povo armênio. A literatura que trata deste momento de formação lança mão de elementos culturais que vão desde a cerâmica milenar a uma suposta invenção do vinho atribuída aos ocupantes da “Armênia Histórica”. Posteriormente a região passa por domínios diversos, entre persas e romanos. Narrativas míticas apresentam o domínio de Dikran, o Grande, como o momento áureo da assim chamada nação armênia.

O segundo recorte trans-histórico de formação da nação armênia se apoia nas características culturais específicas, a religião cristã e a língua armênia, diferenciando os armênios das demais etnias desde muito tempo. A adoção do cristianismo ocorreu durante a dinastia dos Arshácidas, sob o comando de Dertad II, no ano de 301 d.C.. Assim, Armênia é entendida como o primeiro reino cristão do mundo e isso é significativo e significante do ponto de vista da construção de uma identidade nacional, uma vez que esse momento é bastante referenciado nos depoimentos e documentos produzidos pela comunidade (PORTO, 2011: 18). O alfabeto armênio, segundo Porto, foi criado pelo monge Mesrob Mashdots que, por encomenda do rei Vramshabuh, formatou os caracteres da língua armênia no ano de 406 d.C. O alfabeto, além de diferenciar os armênios junto aos demais povos da região, é entendido como um elemento fundamental para a identidade armênia, pois é responsável pela resistência e transmissão de uma cultura milenar (PORTO, 2011: 18)

The Vision of Pan-Turanism

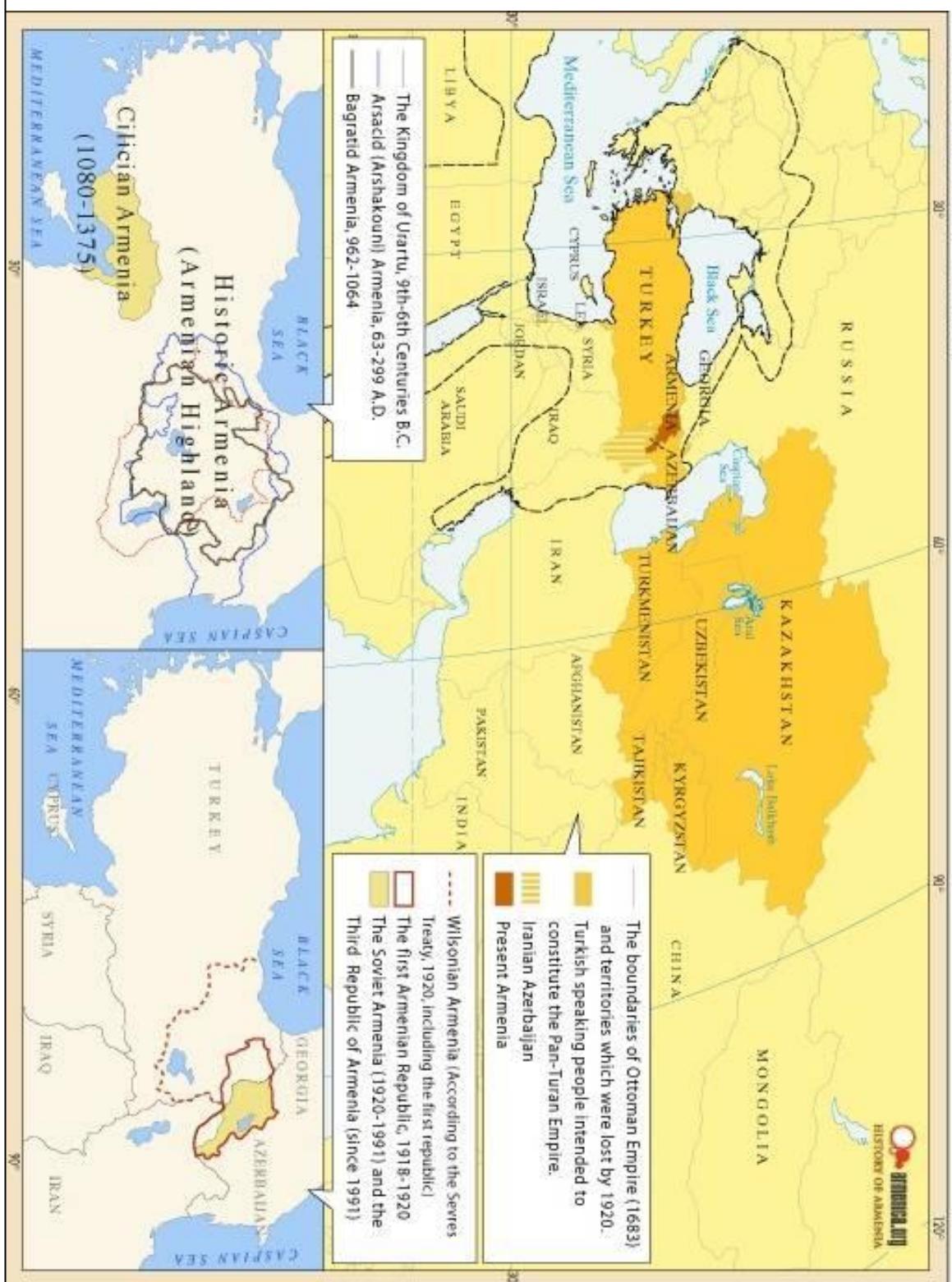


Figura 1: Pan-turanismo e territórios referentes à chamada Armênia Histórica . Disponível em: <http://www.armenia.org/cgi-bin/armenia.cgi?192195876501501=1=3==Genocide=nada=9=3=AAA> acessado em 06/05/2013

A questão da identidade armênia é muito presente na literatura que trata da história da Armênia (SAPESIAN, 1988; FREITAS, 2001; ARLEM 1978). Entretanto, nosso estudo entende que essa leitura naturaliza categorias que são próprias da forma de pensamento da modernidade, justamente pelo caráter abstrato da relação-capital, que enxerga e “encaixa” suas categorias de pensamento em formações sociais qualitativamente distintas. A questão se desdobra e é ainda mais profunda e inevitável se pensarmos a consciência como algo determinado pelo capitalismo na medida em que a experiência social no mundo da mercadoria encontra-se fundamentada por uma matriz *a priori* de pensamento em que a busca pela objetividade é produto da relação entre *forma mercadoria* e *forma pensamento* (ORTLIEB, 1998).

Diante de uma literatura que naturaliza a chamada armenidade para além da era cristã e, de outro lado, um objeto de estudo que busca compreender a mobilização dos armênios em São Paulo na primeira metade do século XX, deparamo-nos com a necessidade de fazer um recorte histórico. Mais do que uma data ou um marco, este recorte parte do momento em que a formação nacional, tanto aos armênios quanto ao decadente Império impõe-se como processo de modernização. E este é um momento bastante complexo e que envolve uma série de questões, de tal maneira que a chamada Questão Armênia inicia seu processo ainda no começo do século XIX e, passado o genocídio na Primeira Guerra e o estabelecimento de sua República, continua hoje sendo uma questão.

1.2 Mobilidade do trabalho e diáspora armênia: problematizando a noção de diáspora armênia como noção cultural e identitária

A noção de diáspora armênia que é usualmente difundida (SAPSEZIAN, 1988; FREITAS, 2001) baseia-se nas estratégias de reprodução que as comunidades armênias usam e usaram para se estabelecer e se afirmar, através da *armenidade*, como grupo distinto nos países de destino dos refugiados do genocídio. É, portanto, uma noção que enfatiza os elementos

culturais característicos, notadamente língua e religião, assim como as instituições que se encarregam de manter a organização das comunidades diáspóricas, como igrejas, partidos políticos, sociedades beneméritas e clubes.

Nesse ponto, Pedro Bogossian Porto entende que as instituições armênias (Igrejas, clubes e escolas) são fator crucial para a organização e reprodução dessas comunidades que constituem a diáspora.

(...) grande parte da relevância que a Igreja Apóstólica Armênia assume perante a comunidade, por exemplo, está ancorada na função milenarmente exercida pela instituição na manutenção da coesão da coletividade, pois mesmo a ideia de “nação armênia” não se justifica sem que se refira às suas origens e aos seus símbolos históricos, dentre os quais a Igreja é peça central. Nesse sentido, a população armênia deve ser entendida como uma comunidade imaginada, resultado de uma abstração que, baseada em elementos concretos, produz uma identificação entre indivíduos que, de outro modo, jamais se perceberiam como parte de uma mesma coletividade. (PORTO, 2011: 7)

Nesse sentido, a noção de Nação é compreendida por Porto como uma construção abstrata a posteriori, na qual a escolha de elementos de legitimação de um determinado projeto nacional, como as semelhanças entendidas como culturais, lingüísticas, atendem à assim chamada população armênia que vem se afirmando enquanto uma comunidade imaginada⁴.

⁴ Benedict Anderson, *Comunidades Imaginadas*. São Paulo. Companhia das Letras, 2009 [1983].

No primeiro capítulo do livro *Nações e Nacionalismos desde 1780*, “A nação como novidade: da revolução ao liberalismo”, e também na introdução, Hobsbawm inicia como é comum em muitos trabalhos, tentando conceituar as palavras/ verbetes que serão centrais na construção da análise que o autor pretende empregar. No caso, os conceitos problematizados de início são: nação, Estado e língua. Através de alguns exemplos o historiador demonstra que os conceitos a serem trabalhados, em especial o de “nação” e o de “nacionalidade” são frágeis por dois motivos que se destacam. Primeiro, que a construção feita pelos teóricos nacionalistas é em grande parte contraditória com o que acabou acontecendo. Em segundo lugar, é apontado como erro o entendimento de uma nação apenas por um único elemento, seja ele cultural, político, econômico ou qualquer outro. O autor acaba por definir nação de maneira bastante generalista: corpo de pessoas suficientemente grande cujos membros consideram-se como membros de uma nação (p.18).

O período que se construiu as idéias nacionalistas (de 1780 até meados do século posterior) é marcado pela forte influência do pensamento liberal, o que leva o autor a escrever sobre “princípio da nacionalidade”, uma aplicação das idéias liberais ao conceito de nacionalidade. Seguindo essa idéia, a formação de uma nação ocorreria de maneira mais ou menos espontânea e, a partir do momento que

De acordo com Sapsezian, são dois os fatores que explicam a

(...) proverbial índole peregrina dos armênios. O primeiro, mais determinante, são as adversidades sofridas em sua terra natal, encruzilhada das ambições de outros povos; o outro fator é o espírito empreendedor, o gosto pela aventura e pela descoberta próprio de inveterados andarilhos (SAPSEZIAN, 1988: 159-160).

Essa afirmação do autor é flagrante no sentido de naturalizar “o gosto pela aventura” como característica própria aos armênios, ainda que mais adiante no seu texto haja uma diferenciação qualitativa da diáspora recente, referente aos massacres hamidianos e ao genocídio na Primeira Guerra. Essa distinção é bastante importante e atribui a esses eventos violentos o que ele entende por conteúdo psicológico dessa diáspora:

Esta não é uma diáspora de emigrantes econômicos, no sentido de grupos que abandonaram seu país movidos pelo desejo de encontrar espaço de liberdade e de trabalho, mas de refugiados, sobreviventes de um naufrágio, milagrosos escapados da hecatombe... (SAPSEZIAN, 1988: 160)

Essa caracterização da grande diáspora armênia⁵ tem grande importância para se pensar a particularidade da migração armênia. A qualidade de refugiados de um extermínio massificado, *pogrom*, diferencia muito a mobilização dos armênios em um momento de reordenamento das relações de produção, envolvendo grandes mobilizações, migrações que redefiniram decisivamente o mapa da Europa na forma de modernização ultra violenta que foi a Primeira Guerra.

um grupo mais ou menos coeso em um determinado espaço entende que é necessária uma organização dessa unidade, aos poucos isto acabaria por acontecer e assim formar uma nação. Outro verbete usado ao longo de todo o texto é o de “Comunidades imaginárias”, que só por sua filologia já demonstra que teorização dos nacionalistas é referente a uma série de símbolos criados para construir a imagem, cultura e sentimento de nacionalidade com as quais os integrantes de uma determinada nação devem acreditar, partilhar ou ter como referência. Essas construções são assimiladas pela população, que posteriormente a toda essa construção teórica acaba por ser o corpo dos movimentos nacionalistas na Europa no final do século XIX. (HOBSBAWN, 1990)

⁵ Vale ressaltar que Sapsezian inicia seu capítulo sobre a diáspora armênia fazendo um apanhado dos destinos de exílio ao longo de um tempo trans-histórico, períodos que abrangem do século X até a diáspora da história recente.

No entanto, a particularidade do momento histórico que faz dos armênios refugiados do genocídio não tira destes, diferente da interpretação de Sapsezian, sua qualidade de “emigrantes econômicos”. A partir da abordagem que o conceito de mobilidade do trabalho⁶ (Gaudemar, 1977) permite, podemos extrapolar essa perspectiva cultural e pensar nos armênios não só como aqueles que reproduzem a ideia de etnia, comunidade, e que de fato se organizam a partir de suas instituições; mas também, pensar a diáspora como fenômeno possível somente na sociedade moderna em que a forma mercadoria se generalizou como fundamento da sociabilidade.

A mobilidade do trabalho visa compreender a particularidade da migração na modernidade, na sociedade produtora de mercadorias (KURZ, 1992). Nesta sociedade em que a socialização se dá através da equiparação de trabalhos diferentes para a troca, comparados unicamente pelo critério quantitativo de tempo social médio de trabalho, o chamado trabalho abstrato (MARX, 1985); nesta sociedade que se impõe, migrar é mobilizar trabalho para acumulação do capital (GAUDEMAR, 1977). Desta forma, o que possibilita uma pessoa ir de um lugar a outro, migrar, é o fato de que na sociedade em que a mercadoria ocupou totalmente a vida social (DEBORD, 1997), a mercadoria força de trabalho tem mobilidade para se vender em qualquer lugar, tanto na

⁶ O conceito de mobilidade do trabalho leva um capítulo para ser desenvolvido e um livro para dar conta de sua relação com a acumulação de capital. Não vamos, obviamente, expor a complexidade do argumento, mas parece importante retomar o item *mobilidade do trabalho* do quinto capítulo, por sua forma sintética ao articular termos, conceitos, categorias da crítica da economia política *d'O capital*; sobre forma valor e o trabalho abstrato na passagem fantasmagórica da relação social entre coisas:

Esta progressão da forma-valor pode precisamente compreender-se pelo recurso à mercadoria-força de trabalho. Ela permite muito mais facilmente, pela sua identificação, esta ‘redução de todos os trabalhos’ a um dispêndio de força humana; na sua forma capitalista, o trabalho não é mais do que ‘o uso ou emprego da força de trabalho’. Ele é portanto uso de uma mercadoria ou ainda troca de uma mercadoria (força de trabalho) por outras mercadorias (produtos). Perde assim a aparência de ‘uma relação social dos homens entre si’ para tomar ‘a forma fantástica de uma relação de coisas entre si’, já que, na relação social dos homens entre si, que representa o emprego da força de trabalho, a força de trabalho coloca-se nas coisas, torna-se coisa entre as coisas, mercadoria entre mercadorias (GAUDEMAR, 1977: 198)

ilusão de sujeito que escolhe onde trabalhar (liberdade positiva) como para um refugiado que não sabe onde vai aportar o navio (liberdade negativa, ou menos do que isso).

Para transformar dinheiro em capital, o possuidor de dinheiro precisa encontrar, portanto, o trabalhador livre no mercado de mercadorias, livre no duplo sentido de que ele dispõe, como pessoa livre, de sua força de trabalho como sua mercadoria, e de que ele, por outro lado, não tem outras mercadorias para vender, solto e solteiro, livre de todas as coisas necessárias à realização de sua força de trabalho.

A questão do por que esse trabalhador livre se defronta com ele na esfera da circulação não interessa ao possuidor de dinheiro, que encontra o mercado de trabalho como uma divisão específica do mercado de mercadorias. E tampouco ela nos interessa por enquanto. Nós nos ateremos ao fato na teoria assim como o possuidor de dinheiro na prática. Uma coisa, no entanto, é clara. A Natureza não produz de um lado possuidores de dinheiro e de mercadorias e, do outro, meros possuidores das próprias forças de trabalho. *Essa relação não faz parte da história natural nem tampouco é social, comum a todos os períodos históricos.* Ela mesma é evidentemente o resultado de um desenvolvimento histórico anterior, o produto de muitas revoluções econômicas, da decadência de toda uma série de formações mais antigas da produção social (Marx, 1985, I, t. 1, cap. 3: 140)

Essa passagem tão cara ao argumento que Gaudemar desenvolve sobre a mobilidade do trabalho ajuda a pensar no caráter histórico da força de trabalho, como próprio da relação-capital que dá forma à sociedade produtora de mercadorias. O desdobramento desse argumento seria o da demonstração histórica do que foi a acumulação primitiva, momento de separação entre produtor e meios de produção (Marx, 1985, I, t. 2, cap. 24, 262).

A diáspora armênia, para além da reprodução cultural armênia, pode ser entendida como a forma particular de inserção dos armênios nos países de destino dos refugiados da guerra de 1914.

Meu pai em Montevidéu, quando chegou no ano 1928, eles lá no Líbano, depois que saíram de Zeitun, faziam tapetes, tear. Por quê? Porque as pessoas sentavam no chão e a cá, não, a cá sentam em cadeira. Então ele comprou uma tábua, começou a cortar e fez cadeiras para usar. O armênio sempre se ubiqüicou, se ambientou no âmbito em que eles estava, sempre

conseguiu. (*Hampartsum Moumdjian, filho de refugiados nascido em Montevidéu, Uruguai*)

Para Gaudemar, a circulação das forças de trabalho, a mobilização das pessoas pelo trabalho para acumulação do capital, é um momento de submissão ao mercado que desloca os trabalhadores de uma esfera à outra. A mercadoria força de trabalho tem na sua mobilidade “a capacidade que permite à força de trabalho adaptar-se às variações da jornada de trabalho, à permutação dos postos de trabalho, aos efeitos de uma divisão do trabalho cada vez maior (GAUDEMAR, 1977: 194)”.

No entanto, são muitos os fatores que diferem esse momento histórico em que o extermínio planejado por um Estado se coloca como possibilidade.

Cabe pensar quais são as particularidades da migração armênia para São Paulo, tendo como base o fato de que as relações mercantis já estavam generalizadas, possibilitando, portanto, a venda da força de trabalho dos armênios no Brasil, sua mobilidade.

1.3 Questão Armênia no século XIX

A questão armênia no último terço do século XIX tornou-se constitutiva da questão do Oriente. O termo “questão” para Bruneteau (2008) é uma maneira branda de designar uma situação de conflitos recorrentes entre o Estado otomano e as minorias (macedônia, grega, sérvia, albanesa ou armênia). Em um primeiro momento esses conflitos não configuravam, pelo menos no caso dos armênios, lutas de liberação nacional, mas ao final do século XIX, sobretudo a partir da criação dos partidos armênios, a Questão Armênia passou a reivindicar a criação de um Estado armênio. O termo tornou-se bastante abrangente e hoje se confunde com a chamada Causa Armênia, que é relativa ao reconhecimento do genocídio de 1915.

A ideia desenvolvida por Porto acerca da identificação nacional armênia a partir da diferenciação que os armênios sofreram entra nesses termos.

Pertencimento e identidade à coletividade armênia são colocados como reação frente “a atuação de um agente externo”, o Império Otomano (PORTO, 2011: 10-11). Talvez seja um caminho para se pensar o caráter histórico da invenção da identidade armênia enquanto um discurso nacional em um Império em ruínas. A organização territorial e política da Porta através dos *millet* coloca também a questão dessa identificação pela diferença.

O Império Otomano detinha um grande território que abrangia os Balcãs, a parte leste do norte da África (Egito, Líbia), todo planalto da Anatólia até a região do Cáucaso e ao sul alcançava os desertos da Síria (ver figura 1). Um Estado burocrático, ainda sem a propriedade privada da terra instituída⁷ e que tinha na figura do Sultão o governador e o líder espiritual do Islã. Por se tratar de um Império multi-étnico, multi-religioso, a Porta reconhecia as minorias, ainda que sob o *status* de inferioridade em relação à população turca. A organização administrativa interna da Porta se dava pelos *millet*.

As unidades administrativas eram formadas em função do pertencimento religioso, cabendo ao líder espiritual também a tarefa de coordenar politicamente a sua comunidade, uma organização conhecida como sistema de *millet* (ou nações). O *millet* armênio era controlado, portanto, pelo chefe máximo da Igreja Armênia, o Catholicós, que, sediado em Constantinopla (denominada a partir de 1453 “Istambul”), era encarregado de mediar as relações entre comunidade e governo imperial (PORTO, 2011: 20).

Ao final da guerra russo-turca, com o Tratado de Berlim de 1878, as potências européias demonstram preocupação em relação ao tratamento que a Sublime Porta dava aos armênios (macedônios também) e empenham-se em efetuar reformas nas províncias ocupadas pelos armênios.

⁷ Loureiro apoia-se no historiador Perry Anderson e faz uma leitura importante acerca da estrutura fundiária na Porta desde o século XIX ao seu término com a guerra de 1914; e nesse contexto visa compreender qual era o papel desempenhado pelos armênios na economia do Império. Destarte, Anderson coloca que na Porta não havia propriedade privada da terra e que os latifúndios estavam sob o comando do Sultão, o que difere da estrutura feudal europeia onde a nobreza concentrava a terra. (LOUREIRO, 2013: 11)

Para Bruneteau, a questão armênia é um problema regional que tem suas origens ligadas a um momento de “anarquia administrativa”⁸:

Foram diversas causas que conduziram a isso, como a rejeição pelos notáveis locais da centralização empreendida sob o Tanzimat⁹, os poderes desmedidos pelos chefes tribais curdos, o papel acrescido dos chefes e das ordens religiosas e o afluxo de três milhões de refugiados muçulmanos, devido à crise balcânica e ao conflito com a Rússia. Daí resultou uma deterioração catastrófica das condições de vida dos Arménios (BRUNETEAU, 2008: 62)

O otomanismo do *Tanzimat*, que centralizou o poder em Constantinopla, visava promover a igualdade entre muçulmanos e não-muçulmanos dentro do Império, o que não ocorreu na medida em que a autonomia militar dada aos curdos para exercerem o jugo fiscal sobre armênios acabou por reforçar a diferenciação entre muçulmanos e não-muçulmanos. “Finalmente, cabia aos chefes religiosos manipularem a intolerância geral com fins econômicos, apelando à espoliação das terras arménias” (BRUNETEAU, 2008:63).

1.4 Massacres hamidianos

O Sultão Abdul Hamid II ascende ao poder em 1876, dois anos antes do Tratado de Berlin e inverte a política otomanista do *Tanzimat*, tornando o islamismo ideologia do seu Estado, reforçando sua diferença relativa à influência e às aspirações européias dentro do Império demonstradas pela penetração militar e econômica. A diferenciação religiosa é legitimada em um contexto que a soberania nacional turca encontra-se ameaçada.

⁸ Almeida sobre a crise balcânica e o deslocamento da população muçulmana para áreas habitadas pelos armênios do Império: “O problema então foi assentar as centenas de milhares de muçulmanos que antes viviam nos países livres e foram deslocados para viver dentro do Império. A maior parte foi instalada ao longo das estradas ou em terras arménias, fazendo ressurgir o problema conhecido como “Questão Armênia”.” (ALMEIDA, 2012: 7)

⁹ Bruneteau sobre o Tanzimat: “Designa-se Tanzimat o período entre 1839 e 1876, durante o qual foram realizadas uma série de reformas de natureza liberal e modernizadora, destinadas a travar o declínio do Império.” (2008: 62)

Tratava-se de afirmar a superioridade do elemento muçulmano nos territórios do império, aproximando-se assim da arcaica visão social hierárquica da época na qual a minoria não-muçulmana não devia transpor os limites atribuídos ao seu estatuto de subjugada. Uma cultura do menosprezo pelo *kâliv* (infiel), ou pelo *giaour*, na linguagem popular, era reforçada e legitimada (Brunetau, 2008: 63).

Os partidos políticos armênios surgem em um contexto em que as potências europeias não conseguiram agir de acordo com suas preocupações diplomáticas em relação à questão dos armênios, o Tratado de Berlin ia de encontro com o governo hamidiano. Em 1887 cria-se o Partido Social Democrata, *hinchakian*, e em 1890 a Federação Revolucionária Armênia, conhecido como *tashnag*¹⁰. Os partidos constituem o embrião de uma autodefesa frente ao sub jugo hamidiano e são usados como justificação e incitamento de uma política de repressão contra o povo armênio, que adiante será classificado como potencial “traidor” (Bruneteu, 2008: 64).

No inicio do ano de 1894 o governo de Abdul Hamid encontrou uma “oportunidade” para dar exemplo de como seria sua postura frente a possíveis resistências. Os camponeses armênios da região de Sassoun se rejeitaram a pagar uma dupla carga de impostos cobrada de um lado pelo Estado e de outro pelos senhores feudais curdos. O massacre em Sassoun vitimou entre quatro e seis mil armênios e iniciou um período de três anos (1894-96), conhecido como *massacres hamidianos*. Essas ações punitivas tinham um objetivo preciso de exterminar o “elemento armênio”¹¹ e desencadearam uma onda de violência até então desconhecida. Ao longo desses três anos centenas de massacres se sucederam nas cidades das seis províncias orientais, onde os armênios muitas vezes eram maioria numérica.

¹⁰ O dia 14 de agosto de 1896 é uma data marcante para a Questão Armênia; neste dia 26 jovens da Federação Revolucionária Armênia (*tashnag*) ocuparam o Banco Otomano em Constantinopla, exigindo que as reformas previstas pelo Tratado de Berlin fossem efetuadas, retomando o que dizia o Tratado especialmente no famoso artigo 61: “A Sublime Porta (Turquia) se compromete a realizar sem mais demoras as reformas que exigem as necessidades locais das províncias habitadas pelos armênios e a garantir sua segurança contra os circassianos e Kurdos. Fará conhecer periodicamente as medidas tomadas neste compromisso às potências que vigiarão sua aplicação” (Kirimian, 1988: 255).

¹¹ Há uma discussão acerca da finalidade dos massacres hamidianos, se eles constituem ou não genocídio. Aqui não aprofundaremos esse debate, para isso ver Loureiro, 2013 e Almeida, 2012.

O horror conheceu seu apogeu e seu termo em 1896. Primeiro, no decurso do mês de Julho, na região de Van, no coração cultural e simbólico da Armênia, apesar de uma resistência desesperada da população organizada pelos partidos armênios, perto de 350 aldeias foram riscadas do mapa. Em seguida, no dia 15 de Setembro, em Egin, um milhar de casa armênias das 1500 da cidade foram pilhadas e queimadas e os seus habitantes massacrados. Em três anos, foram contabilizados no total entre 200 000 e 250 000 vitimas, as quais tem que se acrescentar um milhão de pessoas saqueadas e despojadas dos seus bens e milhares de mulheres raptadas. Assim, ficaram em ruínas 2500 vilas e cidades, foram destruídas 645 igrejas, 328 transformadas em mesquitas e milhares de armênios foram islamizados á força (BRUNETEAU, 2008:65).

Pode-se afirmar que os massacres hamidianos são um esboço para o genocídio em 1915, ou nas palavras de Bruneteau ao citar Dadrian, “prelúdio experimental”, uma vez que testaram métodos de destruição e abriram o precedente da impunidade aos massacres.

1.5 Primeira Guerra e o genocídio de 1915-23

“O futuro é uma câmara de gás!”

Mundo Livre S/A

Na época do antigo imperialismo policêntrico das potências industriais europeias (aproximadamente entre 1870 e 1945) tratava-se sobretudo da repartição territorial do mundo em colónias nacionais e "zonas de influência". Este nacional-imperialismo europeu clássico estava enraizado no princípio territorial do Estado nacional burguês, tal como ele se tinha constituído em oposição ao princípio dinástico ou pessoal da sociedade agrária feudal. A expansão territorial dos Estados nacionais capitalistas, já iniciada no começo da Idade Moderna, prossegue em larga escala com base na industrialização; o seu objectivo era o alargamento do controlo territorial. Não era ainda um mercado mundial sem fronteiras que estava na base desta evolução, nem uma globalização transnacional do capital, mas, precisamente ao contrário, a formação do processo de acumulação, crescentemente baseada na economia estatal e nacionalmente centrada. A expansão do movimento económico assumiu por isso a forma de um esforço pela simples constituição de parciais e relativas "economias mundiais" (na pluralidade das nações), controladas pelos "grandes impérios" nacionais. (KURZ, 2003: 20)

A guerra de 1914 é usualmente representada como uma disputa colonial entre as potências europeias consolidadas, França e Inglaterra e as potências emergentes recém-unificadas, Alemanha e pouco depois com a entrada da Itália no conflito. De fato, havia uma disputa dos mercados coloniais e seus recursos e atrelado a isso uma busca pelo domínio capitalista pautado na capacidade industrial. O que resultou disso foi uma sucessão de catástrofes sociais que inauguraram o século XX:

Na época das duas guerras mundiais industrializadas e da crise económica mundial do período entre elas e a elas ligado, os Estados-nações capitalistas europeus predadores digladiaram-se e saíram mortalmente esgotados do campo de batalha. O mercado mundial entrou em colapso; o comércio mundial recuou para um nível só comparável ao dos finais do século XIX. Surgiu com isso o perigo de se impedir a continuação do desenvolvimento capitalista nos

mercados internos das economias nacionais e dos Estados fechados sobre si próprios. (KURZ, 2003: 9)

O que se viu posteriormente foi a passagem do poder político-militar policêntrico para a disputa bipolar que caracterizou a Guerra Fria e em seguida à “Pax Americana”, quando os EUA tornaram-se a potência hegemônica que nunca se desgarrou do desenvolvimento armamentista, aliando sua presença militar global, a “economia de guerra permanente”, à manutenção de sua reprodução como centro capitalista inalcançável (KURZ, 2003).

Do clássico macro-argumento histórico escapam muitos eventos e processos, o desmembramento do Império Otomano e suas consequências, como o genocídio armênio, são um exemplo dessa redução.

No início do século XX, um período já de franca decadência do Império Turco Otomano ocorre uma das mais violentas transições de poder que se tem notícia. “O Sultão Vermelho”, Abdul Hamid II é derrubado pelo Comitê União e Progresso (CUP), também conhecido como “Jovens Turcos”. A Revolução Turca que data de 1908 não derruba o Sultão de imediato, mas “propagam-se pela Anatólia ventos de esperança”¹². No dia 23 de janeiro de 1913 os Jovens Turcos efetivamente tomam o poder, instaurando um triunvirato no poder que era comandado por Talaat Paxá, ministro do Interior, Enver Paxá, ministro da Defesa e Djemal Paxá, ministro da Marinha. Esse novo comando prometia uma nova etapa para o Império que se encontrava enfraquecido e ameaçado territorialmente, após perder grande parte de sua extensão ocidental. Quando, em 1908, a CUP assinalou restituir o que previa o Tratado de Berlim (1876) houve grande empolgação entre os armênios e turcos, pois estes acreditavam que as tiranias propagadas pelo governo de Abdul Hamid II cessariam. O que ocorreu, no entanto, foi a disseminação de manifestações absolutamente violentas pautadas em discursos nacionalistas

O histórico discurso de Lorde James Bryce proferido no dia 6 de outubro de 1915 ante a Câmara de Londres aponta para a forma que o massacre foi

¹² SPINELLI, 2011: 8

conduzido com fins de “homogenizar” o território da Porta como um território turco:

Não havia em jogo exaltação muçulmana contra os cristãos armênios. Tudo foi feito pela vontade do governo e não por considerações de fanatismo religioso, mas simplesmente porque desejavam, por razões puramente políticas, desfazer-se de um elemento não muçulmano que contrariava a homogeneidade do império e constituía um elemento que não poderia sempre sujeitar-se à opressão. (BRYCE, 2003: 18)

A tentativa de compreensão das etnias e a criação de suas respectivas teorias se deu especialmente no período que Hobsbawm entende como “eras dos impérios (1875-1914)”, com o expansionismo imperialista dos países europeus, suas justificações pseudo-científicas como darwinismo social e seus lamentáveis fins. O “apogeu do nacionalismo”, que vai do fim da Primeira Guerra Mundial e das primeiras consequências da Revolução Russa até 1950 foi também relevante para os grupos étnicos minoritários. Com a Primeira e, sobretudo a Segunda Guerra Mundial, o mapa do Velho continente fora redesenhado:

A implicação lógica de tentar criar um continente corretamente dividido em Estados territoriais coerentes, cada um habitado por uma população homogênea, separada étnica e lingüisticamente, era a expulsão maciça ou a extermínio de minorias. Isso foi, e é, o criminoso *reductio ad absurdum* do nacionalismo na sua versão territorial, se bem que não tenha sido completamente demonstrado até 1940. Entretanto, a extinção em massa e até o genocídio começaram a surgir nas margens meridionais da Europa durante e depois da Primeira Guerra Mundial, quando os turcos levaram a cabo a eliminação em massa de armênios em 1915 (...) (HOBSBAWN, 1990: 161).

A noção de nacionalismo territorial, em que os Estados nacionais em formação justificam teoricamente a necessidade de um Estado homogêneo do ponto de vista étnico-línguístico, ou por meio de outros critérios que aparecem como culturais, coloca-se, no caso do Estado turco, como legitimação de um discurso que fora proferido na invenção de outros Estados europeus durante o século XIX (HOBSBAWN, 1990). A ideia de identidade turca ou, em um momento anterior, identidade com o Islã foi usada como pretexto para a

diferenciação em relação às minorias cristãs em um momento de fragmentação do Império Otomano. Os armênios são tidos como traidores dessa noção do pan-islamismo que vinha desde a ascensão de Abdul Hamid II (BRUNETEAU, 2008). Há nesse momento, portanto, uma disputa ideológica na formação de Estados nacionais em que a “homogeneidade” pauta os argumentos, tanto aos cristãos quanto aos muçulmanos.

Difere, porém, a situação em que cada argumento de formação nacional está contextualizado. De um lado, a Porta que fora um Império territorial multiétnico diante de uma eminente fragmentação e que, nessas condições, tem como imposição da gestão de seu território a forma do nacionalismo territorial, a sua via modernizadora, na qual a acumulação por extermínio formou uma Turquia homogênea. De outro lado, os armênios que não chegaram a elaborar politicamente uma organização para criar um Estado nacional a ponto de travar uma guerra de liberação nacional, mas mais do que isso, estiveram envolvidos em reações a massacres que vinham desde o final do século XIX para justamente formar a “Turquia para os turcos”.

No entanto, uma ideia de nação armênia já circulava pela Anatólia, Cilícia, uma vez que uma parcela de jovens educados na França voltou à terra dos pais tendo os ideais da Revolução Francesa como guia para essa luta nacional. Hampartsum Moumdjian narra como os jovens armênios educados na França foram influentes na modernização e ideias nacionais da Armênia:

(Artur) Na verdade quem tava naquela faixa da Cilícia eram armênios que a literatura chama de “prósperos”...

(Hampartsum Moumdjian) Todos os armênios, de todas as cidades eram pessoas destacadas. O armênio sempre foi, sempre, a vida armênia, do armênio é Igreja, Escola. Igreja, Escola seja da Igreja Apostólica Armênia ou Evangélica Armênia, sempre Igreja e Escola. Então era muito importante a escola para os filhos e o que aconteceu lá pelos anos 1800 e tanto, o armênio que tava numa posição boa na Cilícia, nas cidades de população armênia na Turquia, mandavam seus filhos a estudar na Europa. E eles voltaram de lá... “mas, pai, você está fazendo assim, hoje não se ara mais assim. Hoje tem ferramentas.” Ao mesmo tempo voltaram politizados.

(A) Da França, não é?

(H) Como? O preceito de Igualdade, Liberdade e Fraternidade. O slogan da França? Eles ficaram impressionados com aquilo e quando voltaram e vendo o que eram na Turquia, eles não podiam...e são esses jovens passaram para a Armênia e foram os que comandaram a primeira Independência da Armênia no ano 1918.

A representação da cultura armênia como próxima à cultura européia seguiu sendo o principal discurso identitário que visava diferenciação frente à figura do turco, do muçulmano¹³.

Spinelli faz uma análise interessante acerca das ideias racistas, darwinismo social e o positivismo como legitimação científica do discurso de formação nacional da Turquia, seguindo os passos da criação dos Estados nacionais europeus. As declarações do ideólogo do Partido Ittihad, Dr. Nazim Shavid, carregam todo esse cientifismo racista. Em reunião secreta do CUP realizada em Constantinopla, formou-se um grupo de ideólogos e dirigentes ligados ao partido a fim designar uma comissão executora do programa de extermínio.

Os armênios são como praga gangrenosa, uma doença maligna que parece uma pústula por fora, mas que matará o paciente, se não for extirpada pelo bisturi de um cirurgião. Se vamos fazer algo semelhante ao massacre de Adana de 1909, o resultado nos causará mais mal do que bem. Se o purgante não é geral e final, prevalecerá o prejuízo. O elemento armênio deve ser extirpado da raiz. Não devemos deixar um único armênio vivo em nosso país. Devemos matar o nome armênio. Estamos em guerra: não poderíamos encontrar oportunidade melhor. Não haverá intervenção das grandes potências, e o clamor da imprensa não será ouvido. Desta vez, proponho a execução decisiva da operação de extermínio. Devemos eliminá-los de forma que nem um armênio fique vivo. Alguns de vocês perguntarão: “é necessário chegar a tais atrocidades?” Rogolhes, efendís, para não caírem em tanta ternura. Trata-se de uma doença maligna. Pensem na guerra. Com exceção aos turcos, todos os outros elementos devem ser exterminados, qualquer que seja sua crença ou religião. Esse país deve ser purificado de elementos estranhos, e os turcos devem realizar dito expurgo. (ACASP apud SPINELLI, 2011: 9)

¹³ No segundo capítulo isso vai aparecer de forma mais detalhada com a problematização da construção de uma identidade pautada nas “defesas de ocidentalidade” para a demarcação de um lugar diferenciado na divisão social do trabalho (trabalhador branco) que se constituía no Brasil.

A autora ressalta que Shavid faz uso de termos científicos para explicitar a necessidade de extermínio. Pela lógica de Shavid, segundo a exposição de Spinelli, os armênios são tidos como doença que deve ser extermínada de maneira análoga a uma intervenção médica, criando uma “relação de dependência entre sintoma e cura”. A diante a autora coloca:

Se seguirmos o seu argumento, a “praga” é quem provoca uma violência ao organismo, e não o médico, por adotar um tratamento radical, na tentativa de cura. A raiz do cientificismo deste pensamento é também a matriz de processos genocidários, por subjugar toda uma raça, um povo, clamando sua superioridade e seu ato por um bem maior. O cirurgião, neste caso, é o próprio governo do Império Otomano, que de acordo com o ideólogo, deve promover a destruição absoluta do inimigo (SPINELLI, 2011: 9).

O ministro do Interior, Talaat, entendia e “justificava” o plano de extermínio dos armênios em três passos:

Em primeiro lugar, os Arménios enriqueceram à custa dos Turcos; em segundo lugar, decidiram libertar-se do nosso domínio e criar um Estado independente; finalmente, ajudaram abertamente os nossos inimigos, acorrendo em auxílio aos Russos do Cáucaso, provocando com isso nossa revolta. Por isso tomámos a decisão irrevogável de os tornar inaptos antes do final da guerra (BRUNETAU apud Morgenthau, 2008: 75)

A declaração de Talaat é flagrante para se pensar de que maneira eram vistos os armênios sob a ótica de um Império em ruínas. As condições materiais para uma revolução burguesa armênia e sua consequente liberação nacional estavam caminhando a passos largos. Para Bruneteau, o desenvolvimento social e econômico da comunidade armênia ao longo do século XIX, de certa forma, encaminhava este grupo para sua formação nacional e os massacres de 1894-96 já teriam sua justificativa a partir desse possível separatismo e serviram para reposicionar os armênios enquanto minoria subjugada a um governo muçulmano. O autor fala em “renascimento cultural” por conta de uma moderna literatura, renovação da língua e uma imprensa própria dos armênios que dava corpo a uma ideia de nação. Os massacres de Adana, em abril de 1909 – já sob a gestão dos Jovens Turcos – são entendidos também como repressão de uma região, a Cilícia, que, nas

palavras de Bruneteau, estava “em franca expansão econômica (...) onde a prosperidade dos comerciantes e dos camponeses armênios contrasta com a desagregação da sociedade muçulmana tradicional”(Bruneteau, 2008: 76).

O segundo passo elencado por Talaat, o da liberação nacional, é desmentido por Bruneteau enquanto uma estratégia organizada do povo armênio através de seus partidos. Com a revolução de 1908 que coloca os Jovens Turcos no poder, é restaurada a constituição de 1876, que havia sido abolida pelo Sultão Vermelho. Nesse momento, sob a retórica liberal da Revolução Francesa de “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”, parecia haver esperança para as minorias que, no caso dos armênios, visavam reformas que resultassem “numa autonomia cultural num quadro federal”. Desta forma, o separatismo é desmentido pelo aspecto de uma organização política. No entanto, com os massacres em Adana, um ano depois da tomada do poder pelos Jovens Turcos,

os partidos arménios organizaram uma espécie de guerrilha nos confins orientais. Contudo, os *fedaïs* actuam mais no campo da autodefesa descentralizada do que a partir de uma estratégia política clara de construção de um Estado independente (BRUNETAU, 2008: 76).

Retomando o terceiro passo genocida de Talaat, a suposta aliança armênia na Rússia Caucásiana era tida como perigo à soberania nacional da turca durante a guerra de 1914. No ano da guerra, em oito de fevereiro, um acordo assinado entre a Turquia e as potências previa a colocação de inspetores europeus para supervisionarem as relações intercomunitárias nas províncias orientais da Porta. Este acordo além de representar uma humilhação internacional aproximava os armênios da Rússia, “reféns em potência” de acordo com Bruneteau.

A contextualização do cenário anterior à guerra de 1914 é tida como uma alteração do cenário geopolítico em que um império multiétnico que ligava Europa, África e Ásia, reduz seu território à porção asiática onde restava apenas a minoria armênia a ser extermínada na formação nacional de uma Turquia homogênea.

Os Arménios são vistos como um perigo mortal, não é por aquilo que fazem ou não. A percepção do perigo é gerada pela alteração do contexto geopolítico que, desde Outubro de 1908, três meses depois da chegada dos jovens-turcos no poder, vê a Turquia ir de uma derrota a outra. Essas são sucessivamente a independência da Bulgária, a constituição da Bósnia-Herzegovina em protectorado austríaco, a perda da Tripoliânia para os Italianos, e, na sequência da guerra perdida em 1912 perante a coligação dos Búlgaros, dos Sérvios e dos Gregos, a evicção da península balcânica. Em poucos anos, o império perdeu 424 000 quilómetros quadrados e cinco milhões de habitantes tornando doravante uma entidade asiática. Mais ainda, estes acontecimentos haviam destruído o carácter multinacional e multicultural do império otomano, deixando os Arménios, em 1913, numa situação de derradeira grande minoria não-muçulmana com caráter nacional (BRUNETEAU, 2008: 77).

A invenção da Turquia homogênea havia de fazer o expurgo como dizia Dr. Shavid.

(...) o congresso do Ittihad, de 1910, em Salónica já o formulara ao falar numa “total otomanização de todos os indivíduos turcos, um nivelamento à medida turca dos Árabes, Curdos e Arménios. Para Talaat e os seus a igualdade teórica entre os povos do império prometida pela constituição não podia, de facto, inscrever-se na realidade senão depois de um processo de homogeneização forçada, uma turquificação efectiva (BRUNETEAU, 2008: 78).

O nacionalismo racista e genocida é formulado por Zyia Gökalp e de acordo com Bruneteau tem, de um lado, influência de Durkheim de onde ele imagina uma sociedade política orgânica e integrada. Do outro lado o sociólogo baseia um determinante populista e cultural a partir de Herder e Fichte (Bruneteau, 2008: 78). Com a perda dos territórios europeus, uma ideologia que tenta assegurar um império oriental.

A entrada na chamada Tríplice Aliança em 1914 se coloca aos olhos dos Jovens Turcos como momento oportuno para extermínio dos arménios. Estes eram representados como traidores da “fibra guerreira turca”, do Islã e entendidos enquanto possibilidade de perda de importantes territórios na Anatólia e no planalto armênio, fronteira leste do Império, como de fato ocorreu ao término da guerra, ainda que os arménios tenham sido exterminados muito além do que se configurou o território da Armênia. .

Os Jovens Turcos perderam, nos primeiros anos de seu governo, mais territórios na fronteira oeste, os Balcãs¹⁴, do que fez Abdul Hamid II em trinta anos¹⁵. Em 1914 a Porta entra em guerra contra o Império Russo, fronteiriço na região do Cáucaso, portanto, no assim chamado planalto armênio. O Império sofre uma série de derrotas para o Exército russo nas suas campanhas do Cáucaso, como em Sarikamis¹⁶. A Primeira Guerra, do ponto de vista da formação dos Estados nacionais, foi um momento de modernização agudo das relações de produção na Europa. Um período de disputa e transição das hegemonias do mercado mundial, em que a gestão territorial pela forma do nacionalismo territorial se impôs e fez cair vastos territórios da decadente Porta.

¹⁴ Em alguns meses após a chegada dos Jovens Turcos ao poder, o Império Otomano perdeu mais territórios do que fez Abdul-Hamid em trinta anos. Em outubro de 1908, a Bulgária proclama sua independência. Ao mesmo tempo, Creta volta a pertencer à Grécia e a Áustria conquista as minorias cristãs adquiridas pelos militares designados a lutar nas fronteiras contra os separatistas dos Balcãs são um dos principais motivos que farão o Ittihad a adotar, posteriormente, medidas drásticas contra a população armênia. Esse ódio é compartilhado por milhares de turcos que se vêem obrigados a deixar suas casas na região balcânica, em 1912, após a derrota otomana na região, e migrar para a Anatólia – região tradicionalmente habitada por armênios.

Mas as hostilidades começam a aparecer já em 1909, quando um armênio se envolve em uma briga de rua em Adana e mata dois turcos. Foi o estopim para uma verdadeira retaliação por parte do governo: em dez dias, a violência toma conta de Adana e das cidades vizinhas, como Tarsus, Inyerlik, Misis, Hamidié, Abdul-Oglú e outras. Vinte e cinco mil armênios foram mortos, quase cinco mil casas foram queimadas e cerca de duzentas aldeias foram destruídas.

O episódio de Adana é um divisor de águas: a idéia de que o Império Otomano deve ser somente turco se espalha entre os governantes e parte da população otomana. O sentimento antiarmênio se intensifica. Mas o Comitê União e Progresso vai esperar até a entrada do Império Otomano na Primeira Guerra Mundial ao lado do Império Alemão e do Império Austro-Húngaro, formando a Tríplice Aliança, em 1914, para executar o plano de extermínio dos armênios que viviam em território otomano, com a certeza de que nenhuma potência irá interferir (SUMMA, 2007: 19).

¹⁵ Talaat, o Ministro do Interior do Partido Ittihad, inverte a proporção da violência não por acaso: “Em três meses eu realizei o que o Sultão Hamid não conseguira em 30 anos” (KEMIRIAN, 1998)

¹⁶ Almeida, 2012: 9.



Figura 2: Declínio do Império Otomano

1.6 Mobilização geral e extermínio como acumulação de capital na formação nacional da Turquia

“Se fosse simplesmente uma questão de ser obrigado a sair daqui para ir para qualquer outro ponto não seria tão mau; todos sabem, porém, que é uma questão de ir para a morte”

Depoimento no Livro Atrocidades Turcas na Armênia

“O Estado pela sua constituição e postura, ele deve adaptar-se às forças mágicas, que precisa mobilizar em tempos de guerra, e mostrar-se digno delas”

Walter Benjamin

O Império turco através da gestão militar dos Jovens Turcos fez valer do monopólio da violência e mais do que expropriar, exterminou os armênios. “Não esqueçamos que as deportações de 1915 também representam uma expropriação em escala enorme, resultando numa autentica “nacionalização” da economia” (BRUNETEAU, 2008: 80). A terra que era ocupada por armênios seria territorializada pelo capital turco nas suas pretensões de Estado nacional ao início da guerra de 1914. Os vazios (*desapropriações*) foram “repovoados” por turcos étnicos e curdos de confissão muçulmana (GRÜN, 1992: 16).

Os armênios representavam e, materialmente muitas vezes eram, para além da figura do infiel ao Islã, os capitalistas que exploravam os muçulmanos sendo, portanto, a personificação do capital que se expandia em outras mãos que não às dos turcos¹⁷. Nesse ponto há mais uma proximidade em relação ao

¹⁷ Antonio Gramsci fez um breve comentário sobre o esquecimento do genocídio e em certa altura lança uma ideia no mínimo eurocêntrica: “os armênios que estão espalhados pela Europa deviam nos ter informado sobre o seu País, sua história e literatura. O mesmo aconteceu à Pérsia, ocorreu, em menor escala, à Armênia. Quem sabe que os grandes árabes (Avicena, Averróis e outros) são, na verdade, persas? Ou ainda, quantos de vocês têm consciência de que todos os esforços recentes para modernizar a Turquia devem-se aos judeus e armênios? Os armênios deveriam ter tornado a Armênia conhecida, deveriam tê-la trazido à vida nas mentes dos que a ignoram, que nada sabem a seu respeito e que, por isso, não lhe têm simpatia.” In: KERIMIAN, 1998: 208

Holocausto, uma vez que o antisemitismo¹⁸ sempre associou a ruína da Alemanha com a ascensão financeira dos judeus. Os armênios “assumem papel parecido com judeus na Europa Cristã, transformando-se em banqueiros, artesãos hábeis, burocratas e homens de negócio, alguns mesmo chegando ao papel de conselheiros dos sultões” (MIRAK apud GRÜN, 1992: 15)

Sobre a situação dos armênios e sua posição econômica na Porta, Freitas afirma:

Durante a existência do Império Otomano, os armênios tiveram uma coexistência pacífica com os turcos. Havia uma certa tolerância por parte do governo que lhes concedeu direitos religiosos e civis. Mas eles eram considerados uma espécie de cidadãos de segunda categoria. Não tinham os mesmos direitos dos turcos e estavam sujeitos ao pagamento de taxas frequentemente extorsivas. Os *armênios prosperaram e muitos chegaram a ocupar posições de destaque como banqueiros, financistas, comerciantes. Chegaram a ter uma situação semelhante a dos judeus na Europa, que constituíam uma minoria religiosa, mas muito ativa economicamente* (FREITAS, 2001: 82; grifos nossos).

Ainda sobre o lugar dos armênios na economia do Império:

Construíram-se então grandes fortunas; comerciantes importantes e mesmo banqueiros do império eram armênios, principalmente os que viviam nas maiores cidades – Constantinopla (Istambul) e Esmirna (Izmir). Muitos eram profissionais liberais, médicos, artesãos, intérpretes do governo. A maioria do povo armênio, entretanto, manteve-se como agricultor, vivendo em pequenas vilas, principalmente na Anatólia Oriental. Nessa região, dividiam espaço com tribos curdas e circassianas, na maioria nômades, e a relação entre esses povos tinha um delicado equilíbrio que se manteve enquanto o Império era poderoso e bem administrado. Os armênios costumavam abrigar os curdos nômades durante o inverno e pagar a eles por proteção. Quando o Estado Otomano tornou-se decadente e a política corrupta, os impostos devidos ao governo se tornaram exagerados, o que impedia os armênios de pagar, além disso, a taxa de proteção aos curdos. (ALMEIDA, 2012: 4)

¹⁸ Sobre a questão do antisemitismo ver entrevista de Moishe Postone intitulada “Sionismo, antisemitismo e a esquerda” disponível em: http://o-beco-pt.blogspot.com.br/2012/03/moishe-postone_2733.html

(Hampartsum Moumdjian) Propriedade... e é por isso que a Turquia não quer aceitar (reconhecer o genocídio) porque seria, hoje para eles, algo desastroso. Só para te dizer: 09 de junho de 1909 decidiram matar os armênios da cidade de Adana, trinta mil armênios. Tiraram quinhentos presos da penitenciária, entre turcos assassinos e curdos, e davam ordem: “você e você vai por essa rua mata os armênios, tira o documento e pede a conta bancária. Importante porque nós já limpamos a conta deles no banco e que amanhã não venham a reclamar de que ‘o meu dinheiro que deixei no banco’. Então você tira o documento de identidade e conta bancária para limpar a história deles.” Em trinta dias mataram trinta mil armênios na cidade de Adana.

(A) *Dizem que os armênios que estavam em Adana eram ricos, comerciantes...*

(H) *Sim.*

Em meio aos conflitos e derrotas para a Rússia durante a guerra de 1914, os Jovens Turcos deliberaram um conjunto de medidas contra a população armênia sob o pretexto de “reestabelecer a ordem em zonas de guerra” através de medidas militares, alegando traição e conivência com o inimigo russo. Bruneteau alega, no entanto, que essas justificativas de repressão são frágeis e desmentidas por diversos testemunhos internacionais (o historiador Arnold Toynbee e Lord Bryce na Câmara de Londres em 06 de outubro de 1915, Pastor Johannes Lepsius, Embaixador americano na Turquia Henry Morgenthau, Stuermer, Gladstone). Esses testemunhos de diplomatas, jornalistas, religiosos são importantes na medida em que reportam a fatos semelhantes ocorridos em regiões distintas dentro do Império, o que comprova a intenção homicida do governo (Bruneteau, 2008: 68-69).

As estratégias para o massacre tiveram um marco “preliminar” que foi o fatídico dia 24 de Abril de 1915, quando, por ordem do Ministério do Interior, todos os notáveis, intelectuais e dirigentes comunitários armênios foram presos por conta de uma suposta hostilidade relativa ao Estado e propensão à traição em meio aos conflitos. Seguido a esse evento iniciam-se as deportações sistemáticas e o encarceramento em massa, em cotas que variavam de duzentas a mil pessoas. Estes presos, que em Istambul somavam 2345 pessoas, tiveram como destino a deportação ao longo das estradas de ferro da Anatólia ou simplesmente a execução. Ainda que o dia 24 de abril seja o marco do genocídio armênio, as práticas de extermínio se iniciaram já em 1914,

quando “os armênios mobilizados no exército desde Novembro (...) eram desarmados, reagrupados e sumariamente massacrados em grupos enormes.” Outra forma de extermínio perpetrada durante a guerra consistia em mobilizar os jovens entre 15 e 20 anos e homens mais velhos, de 45 a 60 anos, para realizar trabalhos pesados e esgotantes e também para serem usados na manutenção rodoviária, antes de serem exterminados em massa (Bruneteau, 2008: 69).

O resultado esperado era o desarmamento de uma comunidade apresentada sem quadros nem protectores naturais contra as investidas de um poder que doravante podia sem qualquer perigo pôr em prática o plano de deportação da restante população, ao mesmo tempo que diminuía os gastos de matéria de escolta armada. A separação dos homens e das mulheres revelou-se assim uma característica importante da operação de 1915, que, à parte aspectos concretos e securitários da evacuação de centenas de milhares de pessoas, visa desunir e destruir os laços familiares, ou seja, a raiz vital do povo armênio (BRUNETEAU, 2008: 69).

As deportações, ao contrário do que se costuma supor em relação ao “atraso” do “Oriente”, eram organizadas e rápidas, uma vez que o governo utilizou-se do telégrafo e das estradas de ferro como forma de comunicação durante a operação. Entre os meses de maio a outubro de 1915 a deportação em massa atinge a Cilícia e treze províncias do Império onde havia grande concentração da população armênia.

Recorremos novamente ao discurso de Bryce pela força de ser uma denuncia feita à época dos acontecimentos, a mobilização geral nas deportações em massa. Assim como em Toynbee vê-se forte carga eurocêntrica, característica do pensamento de época que acaba por polarizar ocidentais e orientais:

(...) a maneira de proceder era extremamente sistemática. Todos os habitantes armênios de cada cidade ou aldeia eram expulsos de suas casas depois de buscas domiciliares e, uma vez na rua, alguns dos homens eram lançados na prisão, onde eram executados, algumas vezes, depois de torturados; o resto dos homens com as mulheres e crianças eram mandados para fora da povoação. Depois de chegar a certa distância, separavam-se e os homens eram levados para qualquer lugar nas montanhas onde os soldados ou as

tribos curdas, que tinham sido chamados para prestarem seu concurso nesta chacina, os exterminavam a tiro ou a baioneta. As mulheres, crianças e velhos eram mandados escoltados com soldados da mais baixa espécie, muitos deles acabados de sair das prisões, para seu longínquo destino, que era, às vezes, um dos distritos insalubres no centro da Ásia Menor, mas, com mais frequência, o grande deserto na província de *Del-el-Zor*, que se acha ao leste de *Aleppo* na direção do Eufrates. Dias e dias tinham que marchar impelidos pelos soldados, a pé, espancados ou abandonados à morte se não tinham já forças para acompanhar a caravana; muitos eram os que ficavam pelo caminho ou que morriam de fome. O governo turco não lhes fornecia provisão alguma e, pelo contrário, os espoliavam de tudo quanto possuíam. Não poucas das mulheres eram obrigadas a caminhar despidas debaixo de um sol ardente. Algumas mães enlouqueceram e abandonaram seus filhos, por já não terem força para carregá-los (BRYCE, 2003: 19).

Durante a guerra de 1914 alguns dispositivos de mobilização foram complexificados. A deportação em massa seguida de morte revolveu as areias de *Del-El-Zor* e tingiu de vermelho o rio Eufrates. Mas a mobilização de todos fez vítimas nos campos de batalha, sendo alguns recrutados exterminados antes de ir para o front. Houve ainda os que valorizaram o capital até a morte ou até serem executados à beira das estradas em manutenção que cruzavam a Anatólia.

A mobilização geral acumulou pelo trabalho forçado, pelas casas (não havia propriedade privada da terra na Porta), pelos bens espoliados e roubados, pela mão de obra dos sobreviventes turquificados e pôde, ainda, gozar da violência sexual relativa às mulheres que sobreviviam por serem *huri* (belas donzelas).

A eliminação física do armênio não bastou; o genocídio teve de acabar com a história, com a língua e normatizar tudo por um mediador nacional turco (dinheiro, cultura, língua, símbolos, história oficial).

As operações de extermínio e deportação se deram de algumas maneiras:

Em certas províncias, não houve deportações, mas o massacre imediato. Noutras, foram deportadas pessoas, mas ocorreram massacres por etapas, uma vez que, por exemplo, as vítimas eram

atiradas aos rios amarradas duas a duas. O Eufrates arrastou assim durante semanas cadáveres que se acumulavam nos bancos de areia, servindo de alimento aos cães e aos abutres. No entanto, na maior parte dos casos, a população fez-se à estrada em comboios escoltada por polícias, e, mesmo que não se verificassem massacres em massa, ela foi sendo gradualmente dizimada pela doença (tifo), pelo esgotamento (execução dos retardatários) e pelas privações (água racionada) (BRUNETAU, 2008: 70-71)

As descrições do horror da deportação são inúmeras, bastando dizer que enquanto estratégia de extermínio, as marchas da morte reduziram a população armênia praticamente aos ossos que ainda hoje se encontram nos desertos da Síria e Mesopotâmia¹⁹ (há casos em que morreram 96% dos armênios que iniciaram a marcha).

Há ainda que se destacar que dentre os sobreviventes, muitos acabaram por se fundir entre a população turca quando foram islamizados, “turquificados”, submetidos ao chamado genocídio branco.

¹⁹ O filme *Grandma's Tattoo* de Suzanne Khardalian mostra - entre outras coisas, em especial a forma como as mulheres turquificadas eram violentadas sexualmente e tatuadas para marcar essa distinção - que ainda hoje existem ossos das vítimas do genocídio nos desertos da Síria.

Armenian Genocide, 1915



Figura 3: Rotas das deportações em massa ou “marchas da morte”. Extraído de: <http://www.armenia.org/cgi-bin/armenia.cgi?2406058320309967=1=3=Genocide=1=3=AAA> acessado em 06/05/2013

Kurz (2003) aproxima-se da ideia desenvolvida por Gaudemar (1981) ao falar que a guerra instaura um nível de produtividade e acumulação que a sociedade civil não poderá prescindir ao término dos conflitos²⁰:

“(...) La guerra, exterior o interior, se convierte en una fuente de economías externas baseadas en este empleo de una política violenta de movilidad; se deporta, se fuerza al trabajo.”(GAUDEMAR, 1981 :19)

Já não se trata de aprisionar unicamente forças de combate, forças da palavra, ou qualquer tipo de resistência, mas também forças de trabalho. A manutenção das estradas na Anatólia mostra como os planos dos Jovens Turcos tinham também na mobilização forçada ao trabalho (até a morte) mais uma das formas sanguinárias para se acumular capital, forma que a Alemanha nazista usou e abusou na Segunda Guerra. É a ideia de que “a força político-militar do exército ou da polícia não são meios exclusivos de destruir o inimigo, externo ou interno, são também força produtora de trabalho” (GAUDEMAR, 1981:19).

Para Gaudemar, a idéia de mobilidade perfeita encontra sua forma real de existência na guerra. A guerra como um momento radical de produção da força de trabalho, na fábrica e na sua contraposição nos trabalhos forçados (campos de trabalho). Nesses termos que o autor coloca uma pergunta-hipótese: “por acaso a guerra não coloca um modelo de mobilidade perfeita dos homens?”.

O que apareceria como absurdo/abominável, mais adiante torna-se comum . A ideia que coloca em oposição um capitalismo que se desenvolve pacificamente e outro capitalismo, em guerra, como aberração histórica

²⁰Tomamos a liberdade de traduzir a tradução que José Saavedra fez de Gaudemar em *La molizacion general* (1981), dupla traição: “As formas de mobilidade originadas pela guerra não apareceriam mais adiante como aberrações, mas que, ao contrário, constituiriam, realizariam uma norma a alcançar. A mobilidade geral não seria adiante um parêntesis doloroso na história de um povo, mas expressaria a tendência a longo prazo do complexo emprego das forças de trabalho exigido para o desenvolvimento capitalista...Como dizer que vida econômica continua a guerra através dos meios da sociedade civil. Guerra civil fria cujos lugares seriam a fábrica e o mercado de trabalho (Gaudemar, 1981: 20-21)”.

(pontual), durante o século XX acaba por cair em desuso. Ambos são na verdade um a prolongação do outro. Os campos de trabalho como a forma mais desenvolvida do outro, o fenômeno geral, o trabalho industrial, a forma exitosa e contraditória do capital acumular pela exploração do trabalho.

Para Gaudemar (1981), essa forma de mobilização pela guerra ou mobilização geral é muito mais eficaz em comparação com os rascunhos/balbucios que se constituíram as perseguições aos vagabundos e seu encarceramento.

Desta perspectiva, considerar a guerra como um momento de exceção, inclusive do ponto de vista analítico, é um equívoco; pois o fazer da guerra tem um papel econômico e social considerável, pois desenvolve os modos de organização, mobilidade para o trabalho e as mais adequadas formas de acumulação.

2. ARMÊNIOS EM SÃO PAULO. DA MOBILIZAÇÃO GERAL À MOBILIZAÇÃO NA DIÁSPORA

2.1 Contexto da chegada dos imigrantes armênios: formação interna de capital e avanço da divisão social do trabalho no período da República Velha (1889-1930)

Antes de iniciarmos uma análise mais detida sobre a mobilidade do trabalho e mobilização pelo trabalho a que os armênios que imigraram como refugiados do genocídio foram sujeitados, faremos uma apresentação mais geral sobre o contexto brasileiro de passagem do trabalho escravo para o trabalho livre e as mudanças nas formas de reprodução e acumulação do capital que implicam dessa transformação no processo produtivo. Em especial para a emergência de um novo modo de produção de mercadorias junto a um mercado interno que tinha em sua objetividade a realização dessas mercadorias ou bens não duráveis. Além, é claro, da formação da mercadoria força de trabalho e a possibilidade de exploração da mesma como forma de valorizar o valor. Para esta breve exposição, tentaremos expor um diálogo com o texto “A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930)”, de Francisco de Oliveira.

O autor pernambucano aponta para o movimento da reprodução do capital na tentativa de compreender porque tardou tanto industrialização brasileira. Por que a nova forma do capital (industrial) e sua política não transitaram para a forma democrática burguesa, a forma do capitalismo industrial? Há particularidades no movimento do capital no Brasil, no processo de industrialização. O que foi, partindo dos termos de Oliveira, o período de inserção e crescimento da indústria calçadista paulistana, sobrerepresentada nos armênios?

Com o fim da ordem escravocrata na República Velha (1899-1930), a passagem para o trabalho livre altera as condições e custos da produção do

café. Esse processo coloca na mudança da forma de produção dos meios de subsistência a possibilidade de um modo de produção de mercadorias interno. Nesse movimento há uma diferenciação da divisão social do trabalho, pois nem as unidades agroexportadoras nem a chamada agricultura de “subsistência” vão produzir tais mercadorias.

Esta mudança nas relações de produção e as contradições para a diferenciação da divisão social do trabalho colocaram a centralidade econômica na intermediação comercial e financeira feita pelo Estado. As divisas vêm da comercialização dos produtos da agroexportação que no câmbio em libras deixam à margem um sistema financeiro-monetário interno.

Emitindo dinheiro, o governo busca a desvalorização cambial, o que temporariamente reduz o custo do capital-dinheiro interno, possibilitando a realização do valor das mercadorias internas e o consequente aumento nos níveis de formação de capital interno. Resulta dessa política a elevação do preço dos produtos de importação.

Após esse momento, o governo inverte a política e retoma o financiamento quase que exclusivamente externo. Oliveira aponta para uma “estrutura contrapontística” em que se altera a política cambial e a intervenção financeira e comercial. Com isso, a formação interna de capital e o avanço da divisão social do trabalho se desenvolvem de forma intermitente. A diante da Revolução de 30, a valorização do café devido seu desenvolvimento a partir do financiamento externo permite o financiamento interno.

Investimentos em infra-estrutura de ferrovias e portos se fazem com capital estrangeiro, aumentando substancialmente a composição da dívida externa e influindo na taxa de câmbio. A melhoria na condição dos transportes significou um aumento da produtividade agroexportadora, aprofundando a “vocação agrícola” tendo no café seu principal produto.

Mesmo com o aumento da massa de valor produzida em mercadorias havia um “descolamento” entre produção e realização do valor, gerando “extrema gravitação nas finanças governamentais”. As dívidas aumentam muito, as flutuações de oferta e demanda enfraquecem o poder de negociação

do Estado ante seus credores externos. Mais dívidas são feitas e o Estado recorre à desvalorização dos mil-réis, ampliando a dívida interna com a emissão de papéis de dívida pública:

Nessas condições extremas, o Estado criava a *intermediação financeira interna* e abria o passo à concretização da diferenciação da divisão social do trabalho interno mediante um reforço à realização do valor das mercadorias internas (OLIVEIRA, 1977: 21-22).

A economia da Colônia alimentou a acumulação primitiva na Metrópole, mas seu efeito interno era o impedimento da diferenciação e avanço da divisão social do trabalho. Esse tipo de economia acumula riqueza (terra sem renda e escravos e sua subsistência como capital constante), mas não capital. Nesses termos, a divisão social do trabalho até o século XIX será insignificante e incapaz de transformar qualitativamente os padrões de acumulação e crescimento.

Voltemos à passagem em que Abolição e o trabalho livre colocam a possibilidade de um modo de produção de mercadorias interno para dar conta da reprodução da força de trabalho. Nas cidades, a separação entre os produtores e os meios de produção cria e faz crescer “uma população para o capital”, reforçando o potencial de acumulação. Entretanto a modernização retardatária (KURZ, 1992) coloca alguns entraves a esse potencial. A ausência de capitalização anterior coloca um nível muito baixo das forças produtivas e a força de trabalho liberada “nada tem a transferir senão sua força muscular” (OLIVEIRA, 1977: 26). Por esses e outros motivos que, a despeito da abundância de força de trabalho, a indústria brasileira até as primeiras décadas do século XX vai recorrer ao imigrante estrangeiro, “cuja predominância no total da classe operária ainda era absoluta em 1920.”

Dentre as muitas reconfigurações oriundas das novas relações de produção, que altera a relação campo-cidade, está o avanço da divisão social do trabalho nas cidades. Nesse ponto Oliveira aponta para uma *simultaneidade* entre *industrialização* e *urbanização*, as chamadas “cidades dentro das fábricas”. Porém, a acumulação pela indústria na República Velha é lenta e

intermitente, repercutindo em um mercado regional e estanque; mercado nacional integrado somente na metade da década de 1950.

Estas condições farão com que o avanço da divisão social do trabalho pautada na indústria acompanhe, principalmente, a demanda da reprodução da força de trabalho. Para Oliveira o custo de reprodução do trabalhador manter-se-á baixo pelas relações de produção em expansão no campo e pelo “exército industrial de reserva”:

Os poucos itens não agrícolas da cesta de consumo dos assalariados imporão um caminho à industrialização nascente: ela começará pelos bens não duráveis, tipo alimentos, *calçados*, têxteis, e alguns bens intermediários para os quais a existência de recursos naturais no País, os altos custos de transporte da importação e o consumo da mão-de-obra barata os tornarão competitivos (principalmente no ramo de minerais não metálicos). O tamanho das empresas nesses ramos não será insignificante, principalmente a têxtil, dada a dimensão do mercado constituída por uma massa de valor (a folha de salários) de baixo nível, é certo, mas extremamente extensa. O sentido geral da industrialização seguirá, de perto, pois, os níveis, a composição e as modificações no custo de reprodução da força de trabalho; a demanda das classes médias, débeis tanto numérica quanto qualitativamente, bem como da burguesia agrária e urbana, continuará sendo atendida pelas importações (OLIVEIRA, 1977: 27, grifo nosso).

O desenvolvimento do argumento de Oliveira é crítico a ideia de Celso Furtado de “substituição de importações”. O lugar da produção de calçados como um bem não durável se faz importante para pensar a reprodução dos armênios nesse ramo da indústria, tanto pela demandaposta pela reprodução da força de trabalho que crescia em São Paulo quanto pela baixa composição orgânica de capital das pequenas fábricas de armênios e descendentes que conseguiram reproduzir ampliadamente a armenidade.

2.2 A chegada dos armênios mobilizados pelo genocídio e a formação de uma identidade como estratégia de reprodução

Para nosso estudo, podemos dividir a imigração armênia no Brasil em duas fases. A primeira, que conta com poucos registros, data do fim do século XIX, quando os imigrantes tinham como destino principal o trabalho nas obras dos portos do Rio de Janeiro e Santos. Boa parte dedicou-se ao comércio ambulante; Roberto Grün (1992) cita o exemplo de um grupo da indústria têxtil que progrediu, os Gasparian²¹.

A dificuldade de acesso à terra²² colocava a atividade comercial como possibilidade aos imigrantes.

A pouca necessidade de habilidades específicas para a realização da mascateação, inclusive o conhecimento básico do idioma, permitiu que esses imigrantes se aventurassem pelo interior até chegar às regiões que permitissem o desenvolvimento comercial. Assim, os primeiros armênios no Brasil chegaram a São Paulo nas décadas de 1900 e 1910, mas, sobretudo, na década de 1920, se estabelecendo no centro da cidade, juntamente com os sírios e libaneses, nas imediações das Ruas 25 de março, Pagé, Santo André etc. (LOUREIRO, 2012: 38-39).

No que se refere à mascatagem e migração nessa primeira fase da imigração armênia ao Brasil, um de nossos entrevistados conta uma das muitas histórias que caracterizam a identidade e memória desse grupo de imigrantes, o mascate como possibilidade de reprodução ao imigrante recém-chegado:

Em Montevidéu, nós tínhamos fábricas de formas de calçados, mas aqui você não precisa fábrica de formas... começando fazer 1 par, 2 pares por dia e aí

²¹ Os Gasparian e os Keutenedjian que acumularam a partir da mascatagem, entram e se consolidam na indústria têxtil. Ambas as famílias “geraram” políticos de importância no Estado de São Paulo.

²² A questão da dificuldade de acesso à terra no Brasil remete a um amplo debate sobre a passagem da trabalho cativo em terras livres para o trabalho livre e o cativeiro da terra na instituição da propriedade privada da terra que tem na Lei de Terras, no ano de 1850, um divisor de águas. Aqui não desenvolveremos essa importante questão para se pensar tais particularidades históricas da imposição da modernização no Brasil. Para uma revisão bibliográfica sobre o tema ver: LEITE, 2010.

graças a Deus foi... e assim foi. Armênios como o Manuel²³, a história se repete em cada armênio que veio. Se você vai contar na mão que armênios que vieram com dinheiro, os dedos sobram...sobram. Se você vai aqui, como eu conheci a camisaria Nasarian e falando com o dono, tô falando no ano 1957, “vocês como vieram da Cilícia, da cidade de teu pai?” “Ah, meu pai era uma pessoa esclarecida, sabia que ia haver uma guerra, éramos cinco jovens nos mandaram para América”. Eles vieram, desceram em Montevidéu e a pé, fazendo mascate, comprando, vendendo mercadoria, compraram um cavalo, depois dois cavalos e depois seguiram a cavalo até chegar a Porto Alegre e depois a São Paulo. Os Keutenedjian, têm quatro, cinco famílias, [que] conseguiram no ano 1895 mandar os filhos.

(Hampartsum Moumdjian, nascido no Uruguai e filho de armênios)

Somada a dificuldade de acesso à terra que estava colocada aos imigrantes, no caso dos armênios, como aponta o entrevistado, a falta de dinheiro era predominante entre os recém-chegados. A mobilização desses imigrantes através do mascate permitia uma inserção com pouco dinheiro e nenhuma especialização. A mascatagem aparece como forma de mobilização do imigrante e em alguns casos, como os Keutenedjian que vieram ainda na chamada “primeira leva” ao final do século XIX, como acumulação de capital. O idioma a essa altura era mais um problema na inserção do recém-chegado ao País, mas ao mesmo tempo pode ser pensado como fator que aumentava a dependência destes em relação à comunidade armênia, o que a diante veremos que Grün (1992) trata como condicionante cultural.

Já a segunda fase da imigração armênia tem marco bem definido da metade dos anos 1920 em diante. Os imigrantes que em sua maioria chegavam pelo porto de Santos e eram, em grande parte, sobreviventes do genocídio armênio. Os antecessores da chamada “primeira leva” estavam formando organizações de ajuda para estes recém-chegados, fundamentalmente em torno da Igreja Apostólica; destacou-se o Conselho dos

²³ Mais a diante o entrevistado conta a história a que se refere nesse trecho.

Quarenta – , espécie de conselho de armênios já estabelecidos em São Paulo que organizava a destinação dos recém-chegados.

Através da indicação deste Conselho os recém-chegados eram divididos entre aqueles que tinham *vocação urbana* e *vocação rural*²⁴. Os que tinham vocação urbana tentavam se estabelecer nas proximidades do Mercado Central – Ruas Pajé (atualmente Rua Comendador Afonso Kherlakian) e Santo André – e na Zona Norte – bairros de Santana e Ipiranga, ocupando-se com a fabricação artesanal e o comércio de calçados.

A Rua São Caetano, conhecida atualmente como “rua das noivas”, foi durante a maior parte do século XX a “rua das sapatarias”, pois concentrava muitos armênios dedicados ao ramo. Várias instituições comunais (igrejas, colégio, etc.) se localizam entre a Estação da Luz à estação de metrô Armênia²⁵, antiga estação Ponte Pequena.

Um número menor de recém-chegados, que tinha a chamada vocação rural, foi para o bairro de Presidente Altino, que futuramente passaria a integrar a cidade de Osasco. Estes se dedicavam primeiro à criação de gado leiteiro e depois à produção de iogurtes e coalhadas²⁶.

²⁴ Os critérios do Conselho não são explicitados por Grün (1992). Algumas hipóteses podem ser levantadas: essa classificação era pautada nas experiências anteriores? Os imigrantes de *vocação urbana* vinham da Anatólia, no caso brasileiro principalmente da região da Cilícia, com o conhecimento de algum ofício, em especial aqueles que ficaram nos orfanatos com *ursos profissionalizantes* americanos da Líbia? E os imigrantes de *vocação rural* que foram à Presidente Altino tinham algum dinheiro para acessar a terra e desenvolver essa cultura leiteira?

²⁵ A gestão do governo estadual de Franco Montoro alterou o nome da Estação Ponte Pequena para a Estação Armênia, inaugurando uma placa com os seguintes dizeres: “aos 12 dias de novembro de 1985 esta estação passou a denominar-se Estação Armênia. Em homenagem à comunidade dos armênios de São Paulo, por sua presença constante a ativa luta pelo desenvolvimento e progresso desta cidade.” Cabe notar que nesta localidade existem três Igrejas armênias e tem sido ocupado historicamente por armênios e descendentes. Ver mais em KERIMIAN, 1998: 262-271.

²⁶ Segundo o site da Comunidade Armênia de Osasco: “Uma parte dos armênios recém chegados a São Paulo decidiu se dirigir a Osasco e Presidente Altino, que na época eram bairros da Capital, pois lá encontravam trabalho na Cerâmica Hervy e no Frigorífico Wilson, além de terrenos a preço baixo.

Em 1928, os armênios de Presidente Altino decidiram congregar-se com a finalidade de auxiliarem uns aos outros nos planos material e afetivo. Realizaram uma reunião no dia 1º de maio, na qual foram

Riskallah Jorge, libanês de Alepo casado com armênia e neto de armênios, era proprietário da Casa Bóia, empresa relevante no ramo de insumos fabris já nos anos 1920. Riskallah aparece como um importante benemérito na medida em que transformou o andar superior de sua loja na Rua Florêncio de Abreu em uma “mini-hospedaria”. Neste endereço que as primeiras reuniões religiosas que as primeiras reuniões religiosas aconteceram entre os recém-chegados.

Eram as instituições da comunidade que organizavam a vida e socialização dos armênios em São Paulo, como casamentos e sua inserção econômica, por exemplo, através de auxílio por meio de empréstimos em matérias primas na confecção de calçados ou até em maquinário de tecnologia ultrapassada. Tais instituições tinham grande influência sobre esses migrantes. Por conta dessa influência tentam adiar a unificação dos mercados de trabalho, financeiro e comercial da comunidade armênia com a sociedade paulistana.

Nessa rede firmada entre os armênios recém-chegados pós-genocídio e os armênios já estabelecidos em que a mediação por meio da comunidade pode apresentar uma ligação de identidade cultural, mas podemos pensá-la de outros modos. Do lado dos armênios que aqui estavam, empregar os conterrâneos, além de criar uma dependência, poderia ser uma forma bastante vantajosa de explorar o trabalho, uma vez que muitas dessas relações de trabalho sequer tinham o assalariamento consolidado, como adiante veremos.

Chegando ao Brasil, desprovidos de recursos materiais, os imigrantes estavam sempre na linha de fogo dos empregadores e órgãos governamentais que tinham todo interesse em igualá-los aos caboclos nativos em termos de salários e condições de trabalho e vida (GRÜN, 1992: 25).

eleitos Keghan Karaghanian (presidente), Dikran Echrefian (vice-presidente), Hagop Guzelian (secretário), Sanazar Mardiros Lopoian (tesoureiro), Zefri Magdesian (bibliotecário), Tomas Kechichian e Arsen Bulbulian (conselheiros). Era constituída a "União Salmo Tzor de Presidente Altino". Disponível em: <http://www.cao.org.br/origem.aspx>, acesso em 04/07/2013.

Por outro lado, as condições materiais do recém-chegado na maioria dos casos eram típicas de um trabalhador livre que por ser desprovido de qualquer meio de produção têm na venda de sua força de trabalho a única maneira de se reproduzir. Essa mercadoria, a força de trabalho, possui a característica peculiar de ser fonte de valor, ou seja, o consumo do seu valor de uso objetiva trabalho e, desta forma, cria valor. (Marx, 1985, I, t. I, Cap. IV). Há ainda outra característica que distingue a força de trabalho das outras mercadorias, sua mobilidade, que nos termos de Gaudemar (1977) é positiva (a possibilidade de escolha de onde e com o que trabalhar) e negativa (a venda da força de trabalho como única maneira possível de sociabilização na relação-capital) como já abordamos no capítulo anterior. A questão que se coloca sobre a inserção dos armênios a partir da ideia de dupla liberdade é pensar se houve alguma escolha dos recém chegados na mobilização que foi feita entre armênios e que aparece como reprodução cultural, como armenidade.

É no sentido de se pensar a construção de uma identidade armênia, como uma forma dos armênios se diferenciarem frente aos outros trabalhadores livres que dispunham suas forças de trabalho no mercado que Grün problematiza a inserção econômica dos refugiados do genocídio frente a políticas imigratórias²⁷.

Pensando essa identidade na diferenciação que Grün associa a esse período de inserção dos armênios conceitos e idéias que tratam São Paulo como uma “sociedade descontínua”²⁸ sob o ponto de vista material, intelectual, das estruturas sociais e simbólicas, entre outros aspectos. Por esse argumento, em uma sociedade urbana ainda em constituição, mesmo aos indivíduos “desorientados” (que apresentavam dificuldades com a língua, sem

²⁷ Não é demais dizer que os armênios não contaram com uma política pública de incentivo à imigração por parte do Estado brasileiro. Para este assunto ver: LOUREIRO, 2010.

²⁸ Mais a diante problematizaremos essa noção de “sociedade descontínua”

representação política, etc.), havia a possibilidade de reprodução das particularidades étnicas²⁹.

Uma questão essencial era a afirmação da identidade dos imigrantes como indivíduos dotados de um ‘tipo de sangue’ diferente do dos pobres nacionais; portanto, uma condição de indivíduos ou grupo com nível de aspirações de bem-estar legítimos, superior ao dos ‘caboclos’. Para os imigrantes, tratava-se de criar categorias de pensamento pelas quais pudesse transitar as pretensões à diferenciação dos (ainda) pobres imigrantes em relação aos (sempre) pobres nativos” (GRÜN, 1992: 25-6).

Esse discurso que produzia identidades como forma de diferenciação, segundo o autor, está em diálogo com as diretrizes das políticas imigratórias que no período eram elaboradas por “autoridades, políticos e intelectuais” a partir de noções da Antropologia Física vigente³⁰. Cria-se uma escala “eugenista” na qual os armênios estavam classificados como de etnia “levantina”³¹.

O argumento sobre a “demarcação” étnica pautada na Antropologia Física traça o perfil das caracterizações e estereótipos brasileiros. Os armênios entravam como caucasianos na classificação do Estado. A inserção dos armênios em São Paulo por meio de seu cristianismo ortodoxo acabava sendo relativizado para criar “pontes ecumênicas com os brasileiros ‘genuinamente brancos’”. A questão da diferenciação diante dos sírios, libaneses e judeus, que

²⁹ Se partirmos da pergunta que faz Francisco de Oliveira (1977) sobre como se deu a formação industrial brasileira na República Velha, o argumento ganha em complexidade de modo a não isolar o grupo identificado como “armênios”, mas pensá-los nas relações de mobilização que caracterizavam este momento em São Paulo.

³⁰ Sobre políticas migratórias no Brasil ver: VAINER, Carlos B. Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias. In: Travessia, São Paulo: CEM, n 36, 2000.

³¹ Levante é um termo geográfico impreciso que se refere, historicamente, a uma grande área do Oriente Médio ao sul dos Montes Tauros, limitada a oeste pelo Mediterrâneo e a leste pelo Deserto da Arábia setentrional e pela Mesopotâmia. O Levante não inclui a Península Arábica, o Cáucaso ou a Anatólia (embora às vezes a Cilícia seja incluída). De uma forma geral, a região se resume à Síria, à Jordânia, a Israel, à Palestina, ao Líbano e a Chipre. Outras fontes definem o Levante de uma maneira mais ampla, incluindo porções da Turquia, do Iraque, da Arábia Saudita e do Egito. Os habitantes do Levante são chamados levantinos. Fonte: Wikipédia

juntos configuravam a figura do turco no imaginário brasileiro, era “dificultada” para os armênios na medida em que em São Paulo todas essas comunidades tinham inserção econômica semelhante. Aos olhos dos brasileiros, esses armênios se confundiam com sírios e libaneses tanto pela trajetória de ocupação como por alguns costumes³².

A localização dos comércios desses diferentes grupos (sírios, libaneses, armênios) nas proximidades do Mercado Municipal também entra no bojo das semelhanças que contribuem para uma aparência que iguala diferentes grupos de imigrantes:

Eles competiam pelos pontos comerciais, naquela zona onde suas sapatarias se cruzavam com os armários. Por outro lado, eles compartilhavam alguns hábitos alimentares e de sociabilidade familiar, entre outras razões, porque os pais de alguns de nossos pesquisados chegaram ao Brasil a partir da Síria, Líbano e Egito, onde estavam concentrados orfanatos e campos montados depois dos massacres de 1915. (GRÜN, 1992 : 29).

Os chamados territórios históricos armênios (a “Armênia Histórica”, Ocidental e posteriormente a Armênia Soviética) têm como localização a região do Cáucaso, área de histórica influência russa sendo isso mais um ponto que configuraria uma identidade diferente, juntamente com o cristianismo e outras semelhanças com as nações ocidentais européias. A afirmação desta aparência entra como uma tentativa de elaborar uma narrativa histórica que diferencie os armênios dos turcos, sírios e libaneses, árabes ou judeus como grupo formado pelo trabalhador branco ocidental. O sabor de veneno que tem o argumento genocida de defesa étnica na formação nacional turca passa agora aos lábios armênios através do discurso de diferenciação e identidade.

Desta forma, o autor situa as muitas “defesas da ocidentalidade” a partir do argumento da origem caucasiana. Nas políticas imigratórias no Brasil, as semelhanças aparentes a outras comunidades étnicas forçavam esse discurso identitário racial. Nesse sentido, o autor faz uma ressalva importante:

³² Loureiro cita os estudos de Oswaldo Truzzi sobre a imigração de sírios e libaneses afirmando haver certas semelhanças nesse sentido, a ponto de poder comparar processos diversos por suas semelhanças, mas também pela carência de estudos sobre a migração armênia.

a produção da identidade armênia, apresentada de maneira sistemática, pode fazer passar a idéia de uma estratégia simbólica pensada e realizada racionalmente (...) elas aparecem hoje como resultado coerente, mas isso é perceptível ‘depois da batalha’ (1992 : 34)

Podemos pensar a representação do armênio a partir da narrativa de um entrevistado que nos falou sobre a condição de ser um imigrante naquele contexto, como um jovem refugiado pós-guerra de 1914. Como é comum a muitas narrativas sobre os armênios que chegaram ao Brasil, a história de Manuel Gureguian passa pelos orfanatos do Líbano antes de sua chegada a São Paulo. As incertezas durante a viagem, seu destino e a mascategem como forma de se mobilizar e de se inserir em um local completamente novo gerava inseguranças. Mas ao refugiado apátrida a liberdade positiva está na possibilidade de ser mobilizado pelo trabalho, ao invés de mobilizado pela guerra, seja no porto de Marselha ou na chamada América que era para ser do norte e acabou sendo do sul:

(Hampartsum Moumdjian) *Então vamos começar a falar do Senhor Manuel Gureguian. Era um jovem 18 anos quando, com 12 começou o massacre dos turcos lá na Cilícia e eles foram expulsos de suas casas. Mataram os familiares e ele se encontrou sozinho com as caravanas que saiam deportando. E chegou ao Líbano, lá esteve alguns anos, 2, 3 anos. Quando soube que tinham que saíam para América, América! Para eles América era outro mundo, era a salvação deles. Ele deixou, vamos chamar assim, a namorada, a noiva no orfanato do Líbano, orfanato de meninas, era um orfanato dirigido por americanos e que tinha escola industrial e aprendeu fazer, ela, aprendeu fazer tapetes bordados. O Manuel pegou um barco: ‘ - onde vai?’ Chegaram a Marselha, ele sabia francês ficou lá e o mais prático era trabalhar no porto, carregador. Até que um companheiro árabe xinga ele, dizendo: “você é giavour”. “Giavour”, para o árabe muçulmano é infiel. Então, para um armênio é um palavrão, isso que “você é giavour”. Ele disse: “eu tinha um gancho na mão que usava para levantar os fardos e rasguei a cara dele, brigamos e o patrão nos mandou para a rua. Perdi documento, perdi tudo e agora?” Então, [Manuel] tava morando lá no porto, passou outro barco: “- Onde vai? - Para América.”. Então procurou um casal, simpatizou por um casal que não tinha filhos. “Vocês me levam? Eu quero ir ao Brasil.” [O casal respondeu]: “Sim”. De dia ele descia na cabine e de noite eles [o casal] ocupavam a cabine e ele subia em cima do barco. Aí nas barcaças de salvamento ele se escondia.*

(A) *Então ele veio ilegal?*

(H) *Illegal. E agora, quando cruzam o Equador [a linha] fazem um reconto de passageiros. Em uma, deu no colo dele uma criança, ele passa o documento da criança. "Tem documento?" Quantos seriam? Duas mil pessoas? Então conseguiu passar. E na outra vez que fizeram também um levantamento de passageiros tinha falecido uma pessoa, eu não sei como ele consegue esse documento e passa com o documento. Quando chegam ao Rio, o casal que trouxe disse: "Bom, já estamos no Rio, estamos no Brasil você vai descer". [Manuel]: "Não, eu tenho medo". Discutiram, conseguiu ficar no barco e chegou a Santos. Quando chegou a Santos, quem conta é a pessoa que trouxe ele, que eu conheci em Montevidéu. Disse: "eu peguei o chapéu de palha que ele tinha, joguei no cais. Olha vai, pega seu chapéu e te vira. Depois daqui temos Montevidéu e lá é mais severo o controle." Aí desceu, pegou o chapéu e subiu para São Paulo. A cá se encontrou com muitos armênios que também tinham vindo... isso aconteceu, que estou contando, em 1928 tá acontecendo isso. Agora não me lembro o nome do barco que trazia, mas que ele se lembrava tudo, dia tal, barco tal. Muito bom. Estando aqui em São Paulo, ele fazia mascate, comprava, vendia como todos os armênios fizeram aqui. Aí ouve que tem Buenos Aires, "lá tem mais armênios, na Argentina, porque não vai para lá, eu vou para lá?" Pega um trem vai para o sul. Em cada cidade que para ele desce, olha e quando chega a Porto Alegre se encontra com outras pessoas também assim como ele, sozinho e eram árabes, eram de Líbano. Então fez simpatia, amizade e ficou [em] Porto Alegre, gostou da cidade. Depois de dois anos ele voltava a São Paulo, manda dinheiro para a passagem para a noiva, vem a moça, casam em São Paulo e vão para Porto Alegre. Esqueceu Buenos Aires e ficou em Porto Alegre. O primeiro trabalho que ele fez, lá tem, tinha nos anos 1960, 1970... a única galeria em Porto Alegre era a galeria Chaves que corta um quarteirão, de Rua da Praia até Rua da Alfândega. Numa das portas ele pega uma banqueta, uma mesa e começa a vender pentes, barbatanas e coisas assim. Ele conta que ao pouco tempo outro pôs lá do outro lado da porta, a porta é larga da galeria, e aí ele brigou: "não, você não pode ficar aqui". Brigaram e foram à polícia. Ele era uma pessoa muito simpática, cativava, conversava. Ele tinha documento, disse: armênio nascido em Yerevan. Como não tinha nada, fazendo amizade com pessoas que passavam continuamente por lá, pela galeria fez amizade com pessoas que tinham cargos públicos, deputados e coisas. E aí conseguiu por intermédio de amizade deter o documento novo e que indica que ele é armênio nascido em Yerevan, Armênia.*

(A) *Sim, mas não era...*

(H) *Lógico, mas para ele era o máximo. Porque naquele tempo, armênio ter documento e dizer: nasceu em Marash, Turquia era uma afronta, era uma coisa que ninguém queria. Tanto que no ano 1918 apareceu esse diplomático norueguês Frederik [o nome correto é Fridtjof] Nansen que o projeto dele é um*

passaporte Nansen para pessoas apátridas. Ele fez muitos benefícios com isso, pra muita gente até aqui. E você conversa com o professor Hagop Kechichian, ele diz: “eu tenho meu passaporte Nansen.” Quer dizer que até aqui chegaram pessoas com o passaporte, assim, internacional para os que não tinham documentos.

A narrativa sobre a história de mobilização de Gureguian traz elementos interessantes para se pensar o lugar dos imigrantes armênios naquela época em São Paulo, na década de 1920. Destacamos da narrativa de Hampartsum: “*Estando aqui em São Paulo, ele fazia mascate, comprava, vendia como todos os armênios fizeram aqui*”. A prática de comprar e revender mercadorias a essa época era, como diz o entrevistado e a literatura temática, a principal forma de ocupação dos armênios, por não haver necessidade de qualquer tipo de especialização para comercializar mercadorias nas ruas. Podemos pensar que o ofício de mascate nesse tempo, como se demonstra no caso de Manuel Gureguian, colocava relativa mobilidade ao comerciante, que *fez simpatia, amizade e ficou [em] Porto Alegre, gostou da cidade*.

Esses pressupostos de armenidade, ou, as formas de representação mais consagradas na e da comunidade armênia paulistana, tornam-se pontos a serem seguidos, produzindo um *efeito prescritivo* sobre suas condutas. Esses códigos de conduta que se colocam através da família, colégios e clubes são uma maneira importante de reconhecimento na comunidade armênia. “Os elementos explicadores da origem e das glórias da etnia permanecem na memória coletiva da colônia, servindo então para marcar fronteira principalmente para quem está do lado de dentro” (Grün, 1992: 35-6).

O autor coloca que uma vez fixados esses registros identitários da colônia, principalmente na infância, dificilmente eles são abandonados. Ainda assim, coloca os armênios próximos aos judeus quando comparados no que diz respeito ao não constrangimento pela origem de sua nacionalidade brasileira e sua cultura estrangeira. O autor ainda questiona o que ele chama de mito da “nação comerciante”, como se por serem armênios houvesse uma espécie de aptidão nata ao comércio, seja o ramo que for.

2.3 A mobilização dos refugiados e as redes da chamada “ajuda-mútua”

A construção de uma imagem através da “afirmação do sucesso econômico dos imigrantes, não só pelos bem sucedidos, mas também pelos membros médios das etnias, representava uma forma de provar socialmente as reivindicações de diferenciação.” A difusão dessa imagem de sucesso econômico a partir de alguns casos em que os imigrantes formaram ‘capital industrial’ e “retroalimentaram” a colônia, coloca os filhos da “família imigrante” para ocupar empregos não-manaus, tornando-os indicados a postos de trabalho em que eram necessários “trabalhadores dedicados”³³ e “de confiança” na economia urbana paulista, principalmente no setor privado, que então passava por um processo de sofisticação acelerado. A esse processo Grün faz uma leitura entendendo que essa ascensão coloca os armênios na formação de classes médias, pelo comércio ou mesmo pelo assalariamento nesses trabalhos ditos “não-manaus” (1992: 37).

O crédito oferecido em mercadorias por Rizkallah Jorge era cedido mediante a participação e inserção do conterrâneo recém-chegado na comunidade já estabelecida na cidade através das instituições armênias, em especial a Igreja, o que, de acordo com Loureiro (2012) e como a diante será explicitado a partir de Grün, estabelecia uma hierarquia dentro da comunidade.

Loureiro afirma baseado em Knowlton (2012 *apud* Knowlton, 1960) que na década de 1930 os armênios ocupavam-se majoritariamente no varejo e não nas pequenas fabricas de calçados e opõe a situação da ocupação de sírios e libaneses que na época estavam mais concentrados nas sapatarias, ainda que não representassem a maioria do setor. No entanto, os armênios em

³³ A imagem do armênio como trabalhador segundo Loureiro é antiga e tem duas origens: “a primeira é oriunda dos próprios armênios, que se colocavam como hábeis comerciantes e artesãos, para se distanciar do turco tido como rude, bárbaro e nômade; a segunda imagem foi alimentada por setores da sociedade turca pré-genocídio, para se justificar a morte dos armênios, pois estes seriam “os judeus do oriente” segundo a definição de um oficial nazista durante o *III Reich* (Loureiro, 2012: 42). ”

pouco tempo se mobilizaram para a fabricação de calçados. Essa especialização dos armênios na indústria calçadista paulistana, a chamada “especialização funcional” de Grun suscita algumas questões e hipóteses.

A especialização funcional dos armênios no ramo dos calçados iniciada pela primeira geração ganha força e se estabelece no período antes da Segunda Guerra Mundial e ultrapassa temporalmente tal período de conflito. Nas palavras de Grün: “(...) a questão da identidade racial ganhará contornos econômicos explícitos, que retroalimentarão a trama especificamente simbólica”. A explicação dessa especialização no ramo calçadista irá produzir, segundo o autor, um mito originário a partir de uma origem artesanal trazida pelos armênios oriundos da região de Marash.

Retomando o argumento de Oliveira (1977) acerca da formação de um modo de produção de mercadorias no período da República Velha, pensando na década de 1920 como o recorte temporal da chegada dos armênios, veremos que a indústria de bens não duráveis é tida como início da constituição industrial e da divisão social do trabalho, talvez por isso a noção de “vazio comercial” apareça na leitura de Grün sobre período. O “vazio comercial” que pode ser associado ao termo “sociedade descontínua” de certa forma pressupõe um espaço urbano ideal a ser realizado, a ser “preenchido”, e por isso, não entende a urbanização como um desdobramento crítico e contraditório da relação social do capital; isolar espacialmente o urbano também aprofunda esse entendimento de vir a ser da modernização.

Apesar dos desdobramentos da ideia de “sociedade descontínua”, a noção de “vazio comercial” da especialização é contestada pelo autor pelo fato dos sapatos serem de baixa qualidade e preço, ou inferior ao dos concorrentes de origem italiana. Além disso, já na terceira geração a ocupação majoritária entre os armênios é o comércio, em detrimento da indústria. Com isso, Grün ressalta que essa imagem do armênio-brasileiro ligado à produção de calçados foi uma construção que “colou” no imaginário brasileiro, sendo utilizada inclusive para justificar uma possível acusação de inserção social oportunista. Para o autor, a reiteração dessa cultura seria uma forma de fomentar uma

espécie de “capital simbólico”³⁴: “o registro social de que a sua inspiração nos modelos de calçados vem de séculos de tradição, positivamente enobrece seus produtos” (1992: 41).

A importância desse tal mito de origem na reprodução da representação da comunidade se coloca “como características pessoais e, de forma modal, como propriedades sociais relevantes, capazes de explicar e predizer comportamentos” (idem).

Com a chegada do chamado de “núcleo inicial de fabricantes de calçados nos anos 1920”, tornou-se possível por parte desse núcleo, ajudar os recém-chegados a se inserirem social e economicamente (GRÜN, 1992). Novamente a participação na comunidade aparece como necessária para o capitalista armênio e para o recém-chegado por ele mobilizado. Esta participação, revestida de identidade cultural comunitária, assume um duplo caráter: de um lado, o controle por parte dos armênios donos dos meios de produção que passavam a ter acesso a um mercado de força de trabalho quase que exclusivo, justamente pelo aspecto que a participação na comunidade para se tornar um “bom armênio” produzia nessas relações de trabalho. Do outro lado, aos olhos dos armênios mobilizados, uma garantia de reprodução de sua força de trabalho em um contexto bastante particular (dificuldade com a língua e um mercado de trabalho que se formava). Além de uma promessa de ascensão social que se colocava na possibilidade da abertura de uma fábrica de calçados própria.

Neste sentido, a possibilidade da abertura de um comércio como consequência da mascatagem implica na pergunta: em que momento histórico

³⁴ Loureiro (2012) afirma que alguns sapateiros armênios que vieram continuaram suas atividades em São Paulo e ensinaram novos imigrantes que aos poucos montaram suas produções. Essa afirmação parece insuficiente para se pensar a “sobrerrepresentação” dos armênios nos calçados, pois ainda que houvesse alguns armênios que se ocupavam deste ofício em Marash e outras regiões, certamente não eram a maioria. O autor reitera a ideia desenvolvida por Grün de que a tal ancestralidade armênia no ofício de calçados é usada como espécie de capital simbólico.

a mascatagem possibilitava acumular capital para abrir uma loja em São Paulo?

Pouco a pouco, alguns mascates acumulavam capital, que permitia a eles abrir uma pequena loja e evitar as fatigantes viagens pelo país. Assim foi com Karnig, primogênito e chefe da família Bazarian. Ao chegar ao Brasil em 1928, se dirigiu para o interior de São Paulo. Na cidade de Itapetininga, mascateou miudezas como meias e lenços em feiras e festas de igrejas, até acumular capital para abrir a primeira loja, que também serviu de residência. O armário prosperou e outras lojas foram abertas e administradas pelos irmãos de Karnig. Em 1934, a família deixou de vender para o público amplo e concentrou esforços no comércio atacadista, fornecendo mercadorias a comerciantes menores. Da mesma forma aconteceu com Riskallah Jorge Tahanian, sírio de Alepo, mas de origem armênia, que já na sua cidade natal fundia metais e, no Brasil, conseguiu abrir a sua própria empresa nesse setor – A Casa da Bóia – e tornou-se o principal benemerito da comunidade armênia em São Paulo (LOUREIRO, 2012: 41)

Sebastião Burbulhan foi uma figura emblemática da comunidade armênia de São Paulo. Nasceu no ano de 1924 em Presidente Altino, sua mãe, Arseni Burbulhan, por ironia das identidades era chamada de “turca da sorte” em Altino. Seu pai, Ahgabini U. Burbulhan, era de Bitlis e fora cozinheiro na França. Armênio Burbulhan, filho de Sebastião e nosso entrevistado, conta que seu pai era muito comunicativo e logo que pôde mudou-se para o centro da cidade de São Paulo. A divisão do trabalho entre os sócios da fábrica Tebas, aberta em 1945, é colocada da seguinte maneira por Armênio: “*Ele (o cunhado de Sebastião) era contador, então ele ficava fazendo essa parte de contábil na empresa e meu pai era “super-social”. Toda essa parte de conhecimento social, o grande piadista, toda pessoa que é bem comunicativa, não é? Então ele teve várias ligações com a sociedade armênia, por exemplo, na Escola Armênia ele foi diretor, Presidente lá da SAMA ainda quando era lá em Presidente Altino*”. Armênio atribui a “profissão Presidente” na trajetória do pai a essa capacidade comunicativa. De acordo com o entrevistado a inserção do seu pai entre os armênios e para além destes, entre os industriais do Estado, fazia com que outros armênios e industriais o convidassem para sociedades em fábricas e também para assumir cargos políticos. Dentre os muitos cargos ocupados por Sebastião destacamos a Presidência do Sindicato Calçadistas do Estado de

São Paulo, em 1955; Vice Presidente da FIESP-CIESP, Presidente do Comércio e Indústria Brasil-Paraguai; membro do Departamento de Mobilização Industrial na FIESP; entre outros tantos.

A história do início da fábrica de sapatos montada por Sebastião Burbulhan e seu cunhado é diversa das histórias mais constantes que conta a literatura a respeito, da acumulação de capitais através do mascate. Foi a partir do dinheiro acumulado por Arseni Burbulhan, a “turca da sorte”, através da leitura do desenho formado pelo café no fundo das xícaras referente à sorte do cliente, que a família acumulou capital para iniciar a produção da fábrica de calçados Tebas:

(Artur) – *Quando eles começaram? Se eles contaram com a ajuda de outros armênios pra começar a fábrica deles?*

(Armênio Burbulhan) – Tá, essa *história dos meus pais eu falei que são bem diferentes, né? A minha mãe ela veio morar num cortiço, cortiço de armênios na época. A conotação de cortiço na época acho que era mais diferente do que é hoje, era cortiço familiar, então você tinha famílias morando em quartos diferentes em uma casa. Cada quarto morava uma família, então a família do lado da minha mãe chamava de tios, não é? Naquela época mesmo que não fosse sanguíneo, essa história de um ajudar o outro, não é? E o lado da minha mãe, eram quatro irmãos, que nem eu te falei, dois nascidos lá e duas nascidas aqui. Então foi uma coisa difícil pra elas, ela conta uma história sempre que ela conseguiu entrar numa escola grátis, uma escola que não pagava, né? Mas minha avó falava assim: “não tem dinheiro pro bonde”, quer dizer a dificuldade era essa, não era nem pagar escola, não tinha condução, né? Minha mãe morou, nasceu lá no [na Rua do] Gasômetro, naquela região. Já meu pai, eu acho que também passaram uma certa dificuldade, meus avós principalmente, mas por costume armênio tem aquele negócio de ler xícara, já ouviu falar isso?*

(Artur) – Já...

(Armênio Burbulhan) – *Minha avó lia xícaras, não é? E como começou a se difundir isso na região, vinha até políticos de outras regiões pra: “aí eu vou ser candidato, será que eu vou ganhar, será que não sei o quê?”. Então, minha avó*

começou a ser conhecida “a turca da sorte”, que lia xícaras, tal. E ela fez um certo patrimônio, não é? É a coisa mais esquisita que pode se contar. Essa senhora, essa minha avó ela quando saiu da Armênia, tinha família. Ela e a irmã dela foram colocadas num paredão, no genocídio, né? E foram metralhadas e depois foram jogadas na vala comum. Da vala comum, minha avó se reanimou, ela recebeu uma bala no couro cabeludo, né? Então ela desmaiou, não morreu, mas a irmã morreu, os parentes, todo mundo lá ficou na vala comum. Ela fugiu da vala comum e fez esse caminho que estou te contando. Ela, chegando em São Paulo, chegou no Brasil...sabe, ela fez o que ela sabia fazer, ler sorte, não é? Deu muita sorte pra ela na verdade, ela trazia uma mensagem, sempre a sorte você nunca fala uma coisa, lê a xícara, você nunca fala: “você vai morrer amanhã”. Ninguém vai voltar, então sempre falava alguma coisa de boa sorte pras pessoas. E ela fez isso, fez isso por um bom tempo, que nem eu te falei, juntou um patrimônio até que, lá em Osasco, meus pais era os primeiros a ter pouca coisa elétrica, né? Assim, ter a primeira televisão do bairro, o primeiro carro importado, coisas assim que o contraponto da minha mãe, não tinha condição, tudo era andar a pé. Então eu acho que é assim, dinheiro pra montar a empresa foi a minha avó que cedeu pra eles, a ajuda veio da minha avó, né? É lógico que, a minha mãe sempre conta histórias de que famílias ajudavam famílias naquela época, tal. E acho que funcionou muito bem com a minha mãe isso. Tias que ajudavam, primos, a família era sempre numerosa, né? Não digo a dela, mas outras.

O depoimento de Armênio é importante no sentido de desnaturalizar o mascate como forma exclusiva de acumulação de capitais e também para explicitar que nem todos os armênios se ocuparam da produção de calçados. Mais ainda, ao narrar a trajetória da família de sua mãe, nosso entrevistado relativiza a ideia e a imagem do armênio bem sucedido no comércio e mostra como para muitos dos recém-chegados a situação era de pobreza. A ajuda entre as famílias a que o entrevistado se refere extrapola o âmbito da “ajuda-mútua” de Grün que é relativa à ajuda (dinheiro emprestado ou crédito em mercadorias) direcionada para criação de pequenas fábricas de calçado. Outro entrevistado, Eduardo Zeronhian, neto de imigrantes, narra a trajetória da

fábrica familiar a partir de sua experiência. O início do depoimento explicita o genocídio como “mito de fundação da coletividade armênia” no sentido de um sentimento de coesão a um grupo social heterogêneo (PORTO, 2011: 16). O genocídio aparece como uma espécie de organizador das narrativas.

Eduardo - Ele [pai] conta que eles tiveram que vir de lá como todos imigrantes, fugido, né? Não teve jeito. Aí chegaram aqui no Brasil e cada um foi fazendo uma coisa, chegaram a trabalhar na prefeitura, meu avô antigamente era cobrador de ônibus. Foi aí que ele [pai] começou depois a trabalhar na fábrica de um primo, tio deles.

Artur – Fábrica de calçado?

(E) – De sapato. A vida inteira deles foi sapato, praticamente eles não sabiam fazer outra coisa a não ser mexer com sapato.

(A) – Mas eles mexiam com sapato lá na Armênia, não?

(E) – Não, lá não. Quer dizer nunca me falaram nada, né? Deles terem trabalhado com sapato lá. Aí quando eles chegaram, parece que tinha um tio, um parente do pai deles, do meu avô que mexia com isso... aí começou todo mundo trabalhar lá dentro. Aí depois ele [pai] abriu a fábrica. Com tempo eles montaram a fábrica deles...

(A) – Você diz eles, quem são?

(E) – Ele [pai] e os dois outros irmãos. Aí a vida inteira deles foi nisso, na base do sapato.

(A) – Isso quando eles começaram a trabalhar na fábrica do primo do seu avô?

(E) – Se eu não me engano era um primo do meu avô.

(A) – Isso foi mais ou menos em que ano?

(E) – Olha... que eles tiveram fábrica, pô desde que eu era criança. Quer dizer, ele era solteiro e já tinham fábrica, isso é da década de cinquenta e pouco.

(A) – A fábrica deles, né?

(E) – É, aí que eles começaram com a fábrica deles.

(A) – E era pra esses lados daqui...

(E) – Sempre foi aqui no bairro do Imirim, sempre. Eles começaram na Rua nova dos portugueses. Aí depois eles vieram pra... com o tempo meu avô construiu o prédio onde eles, o pessoal morou a vida inteira, mora até hoje que é na Alfredo Pujol. Embaixo eles chegaram a montar uma fábrica também, teve uma época que montaram um supermercado. Daí eles saíram, montaram uma outra fábrica na Avenida Casa Verde e ficaram por um bom tempo. Aí em 1981 eles compraram um terreno na Avenida Imirim, aí construíram o prédio e eles passaram a fábrica, que até então na Casa Verde era locado, pagavam aluguel. Aí aqui eles passaram pra prédio próprio. Aí depois teve aquela crise toda, em 1986, 87... Foi aí que meu pai tinha um pouco mais de visão de negócio... Ele achou melhor, porque eles ficaram praticamente e isso convivi porque eu fazia faculdade e trabalhava na fábrica na época. Eu convivi, foi um ano praticamente... 1987, se eu não me engano, 1988. Foi um ano assim totalmente parado o mercado. Sem trabalhar, tendo que custear funcionário pra num perder... fábrica de sapato se você dispensasse um funcionário, a mão de obra, depois pra você recontratar era difícil. E os funcionários deles, a vida inteira, foram os mesmos. Sempre funcionário de confiança, trabalhadores, que nunca deram problema nenhum pra eles. Então eles nunca... eles preferiam pagar o funcionário e ficar com os funcionários do que dispensar e depois ter que ficar correndo atrás de outros. Muitos amigos deles que tinham fábrica de sapatos na época, momento que eles não trabalhavam eles queriam catar os empregados e levar. Então nesse ponto aí foi quando ele achou, ele viu que o negócio não ia, não ia... tava ruim mesmo a crise econômica do país aí ele resolveu parar. Ele falou: 'o que eu construí hoje, se eu continuar eu vou perder, se eu continuar eu perco'. Até um dos meus tios foi contra na época, queria continuar. Ele [pai] falou: 'cê pode, quer ficar com a fábrica, num quero nada, pode bancar você, não tem problema nenhum, mas eu pra mim vou parar antes que eu perca. O pouco que eu construí de patrimônio, de coisa que eu comprei... eu não posso jogar por água a baixo'.

(A) – E a sua lembrança é que ele atribuía esse problema à crise do país todo?

(E) – Ah foi... tanto foi a crise que tiveram vários amigos, eu conhecia porque eu trabalhava na fábrica...então eu fazia, a gente tinha muito contato, muita amizade. Várias fábricas de sapatos de amigos que quebraram, que quebraram.

(A) – Mas essas fábricas de amigos eram todas de armênios?

(E) – Armênios e brasileiros. Tem inclusive um deles, esse é brasileiro, eu encontro ele de vez em quando aí um tempo atrás, quando eu havia encontrado...Aí eu tava comentando com ele, fazia tempo que eu não tinha visto ele, ele disse que perdeu tudo o que ele tinha, casa... tava recomeçando tudo de novo agora, por causa da fábrica, da crise.

(A) – Ele seguiu no ramo do calçado...

(E) – Ele parou, quebrou, ele falou: ‘fui vendendo patrimônio para ter que ir pagando dívida, dívida, dívida, não sei o quê... mas sabe aquela coisa de ‘ah, eu acho que vai melhorar, eu acho que vai melhorar’, então...nesse ponto eu vou falar, meu pai foi bem inteligente porque não sei hoje como ele teria ficado se ele tivesse insistido. Porque pelo irmão dele ele continuaria, mas ele falou: ‘eu não vou porque se eu continuar...’

(A) – Aí ele vendeu?

(E) – Não, ele fechou. Venderam todas as máquinas, venderam todo equipamento e parou.

Nota-se, a partir da fala de Eduardo, que de fato o ramo dos calçados, pelo menos na pequena escala e na época em que eles produziam, era de baixa composição orgânica de capital, o que mais tarde tornaria inviável a reprodução deste tipo produção com o estabelecimento das grandes marcas brasileiras a partir da década de 1970. Posteriormente, ao final da década de 1980, com abertura da importação no governo Collor, a produção calçadista de pequeno porte é extinta. De acordo com outro informante da pesquisa, James Onnig Tamdjian, geógrafo que hoje integra a direção da Sociedade de Artística

de Melodias Armênias (SAMA), conhecido como Clube Armênio: “a indústria calçadista armênia é um retrato fiel da descentralização industrial em São Paulo”, isso por conta da elevação dos salários (capital variável) na capital em relação com outros pólos calçadistas emergentes e também pelo aumento do capital constante por conta da elevação do preço dos aluguéis na cidade.

Outro ponto interessante abordado pelo entrevistado diz respeito ao modo como seus familiares se inseriram no mercado de trabalho, sua mobilidade. No primeiro momento trabalharam em empregos variados em que não havia necessidade de especialização para depois serem mobilizados por outros familiares na pequena indústria calçadista. Neste caso há ainda o desdobramento de uma nova “fábrica armênia” a partir da chamada “ajuda mútua” que condicionou materialmente a chamada “especialização funcional”.

O pagamento feito aos novos imigrantes, empregados nessas fábricas, era em grande parte com moldes de coleções anteriores, sobras de couro, etc. Por conta disso, assalariamento é para Grün, nesse caso, uma maneira “um pouco abusiva” de explicar tal relação empregatícia, uma vez que havia grande cumplicidade entre empregados (recém-chegados expropriados dos meios de produção) e empregadores. O autor afirma que o assalariamento era tido como etapa, momento na sua carreira social, que se encaminharia para sua própria confecção. Nesse período, o recém-chegado ganharia experiência no ramo calçadista e teria que demonstrar que era um “bom armênio”, ou seja, qualificando-se como possível receptor de ajuda (crédito) por parte dos conterrâneos. Para Grün, esse processo foi um excelente reproduutor de identidades étnicas (1992: 47).

De acordo com Tamdjian, a inserção dos refugiados tem uma característica piramidal, em que os recém-chegados ancoram-se nas famílias ricas que já estavam em São Paulo ao empregarem-se. No topo da pirâmide os armênios capitalistas que empregam os primeiros refugiados, estes formam o meio da pirâmide; na base a “massa”, os imigrantes que chegaram entre as décadas 1920 e 1930. Nosso informante entende que a participação comunitária é maior na base dessa estrutura piramidal que ele se refere. Com

essa informação o argumento ganha processo e movimento para se pensar o que coloca Grün (1992) sobre a inserção dessa “massa” na comunidade, sobre aprovação do “bom armênio” como reproduutor de identidades étnicas.

O ramo dos calçados é tido como de baixa composição orgânica de capital (pelo menos nessa época) e deter os meios de produção era a principal barreira aos recém-chegados. Através da “ajuda mútua” essa entrada no ramo dos calçados era facilitada.

De posse dos moldes, o agente passava a montar sapatos por conta própria em casa, após o trabalho e/ou com ajuda da família. Com o tempo, essa pequena produção doméstica virava uma ‘fabriqueta de fundo de quintal’ e os mais capazes, os afortunados, transformavam a fabriqueta em fábrica regularmente estabelecida. (GRÜN, 1992 : 48)

Os insumos (borracha, cola, salto, linha) eram fornecidos em forma de crédito em mercadorias pela Casa Bóia, propriedade dos Riskallah, em forma de “caderneta de conta corrente”. Dessa forma, o armênio que se instalava no ramo dos calçados deveria estar ligado à comunidade (Igreja) e a nomes bem estabelecidos economicamente.

O autor afirma que existe uma estreita relação entre o crédito, a chamada ajuda mútua que conduziu a especialização funcional (calçadista) e a construção e afirmação da identidade étnica. Para o autor: “essa conexão nos leva ao centro da problemática da não dissociação entre as esferas econômica, religiosa e cultural nas estratégias de carreira dos imigrantes e descendentes de primeira geração.” (GRÜN, 1992: 54)

Essa imbricação é significativa nas primeiras fases de imigração. Destaca-se ainda a importância da Igreja na vivência da comunidade, criando uma hierarquia que dava a possibilidade do armênio recém-chegado, sem recursos materiais, de se inserir através da “ajuda mútua” na indústria de sapatos, uma vez que uma espécie de adiantamento de capitais era concedida aos que chegavam apenas se fossem trabalhar na e com confecção de sapatos.

O autor apresenta o exemplo de uma família que já tinha experiência com ofício e confecção têxtil no Líbano e que na chegada ao Brasil contou com o apoio (emprestimo de máquinas, adiantamento de tecidos) por parte da família Gasparian. Passados alguns anos, depois de pagar suas dívidas e gozar de alguma estabilidade, essa família se insere no ramo dos calçados ao invés de se manter na indústria têxtil. A força da chamada “especialização funcional” nesse caso é pensada por Grün em três pontos: primeiro pelo fato de que no ramo de confecção têxtil os armênios se defrontariam com os judeus e árabes enquanto concorrentes; em segundo por serem minoria nessa atividade e portanto terem menor possibilidade de serem ajudados; por fim, justamente a respeitabilidade dos Riskallah e o maior aporte de capitais no ramo calçadista entre os armênios. Nas palavras do autor:

(...) o ramo de sapatos pode ser considerado um mercado mais aberto, em que as posições já mantidas pelos patrícios facilitam as manobras comerciais de todos os armênios, que podem se movimentar entre as diversas fontes de apoio possíveis; enquanto, em outro ramo, o agente isolado, material e culturalmente, fica a mercê de seu patrocinador imediato. (GRÜN, 1992: 58)

O condicionante cultural é considerado pelo autor como mais relevante no seu esquema explicativo, uma vez que os recém-chegados, ainda que tentassem, tinham muitas dificuldades para se estabelecer sem depender da ajuda dos conterrâneos que aparece como possibilidade de se “movimentar entre as diversas fontes de apoio”. Esse condicionante pode ser elaborado para além da perspectiva cultural, como uma forma específica de inserção econômica desses armênios, datada por um contexto histórico em que o avanço divisão social do trabalho, mesmo que lento ou “intermitente” como aponta Oliveira (1977), dava o tom de uma dinâmica nova de acumulação de capitais no Brasil. Nesse sentido que a mobilização de imigrantes europeus para o trabalho constituía a primeira opção da indústria brasileira, apesar da abundante população brasileira liberada para o capital desde a Abolição³⁵.

³⁵ Aqui cabe uma consideração sobre uma insuficiência deste estudo, que também reflete uma escolha. Ao longo de nossa exposição nos aproximamos da ideia desenvolvida por Marx sobre superpopulação relativa sem explicitá-la nesses termos. É sabido que há uma vasta discussão acerca da população na Geografia, que vai desde a surrada teoria de Malthus e sua influência na demografia quantitativa a

A segunda geração, ou filhos dos imigrantes, eram logo iniciados ao trabalho ligado à família. Esses teriam mais habilidade para lidar com clientes e especialmente com o Estado brasileiro ou mais especificamente o paulista, que aparece personificado na figura do fiscal. Introduzir os jovens nas lojas e fábricas era também um jeito de garantir a reprodução dos negócios, evitando que a segunda geração mudasse de ocupação. Na terceira geração, as classes altas tornam-se referência.

A transmissão da chamada “especialização funcional” é alta entre as gerações, estruturando as formas de sociabilidade mais puras da colônia (ligadas à Igreja, Escola Armênia, etc.). Caminhando em busca de uma resposta o autor destaca, por meio de citação de entrevista, a iniciação precoce no ramo dos calçados como algo que reflete a estrutura familiar armênia, em que os jovens começam a freqüentar a loja, firma de calçados e as garotas após os estudos passam o dia ajudando a mãe. Para Grün, os mecanismos de reprodução dessa especialização funcional demonstram, ou melhor, são próprios aos grupos que encontram dificuldade de reproduzir suas particularidades em um contexto de mercado aberto (1992 : 60).

Com a influência das ideias liberais que retornam ao cenário do pensamento político-econômico no final do século XX e a disputa pelo mais alto lugar na hierarquia econômico-social, o cenário de inserção comercial da terceira geração se altera:

(...) a figura do negociante intrépido é valorizada, não se trata simplesmente de inverter o sinal da antiga desconfiança que a sociedade depositava no comerciante, mas de um novo tipo de empreendedor ungido por um diploma superior, que faz da Administração uma arte nobre. Com a iniciação precoce, o período de turbulência do adolescente armênio acaba sendo “canalizado” no negócio (negando o ócio...). Mais do que isso, as formas de socialização que se desenvolveram nesse processo ajudam a atualizar as posições da família em relação à translação e evolução geral no campo econômico. (GRÜN, 1992 : 61)

autores clássicos como, La Blache e a modo de vida, Max Sorre e a noção de mobilidade do ecumeno, Raffestein e as Leis da migração, entre outros. Para uma boa revisão introdutória acerca dos estudos de população na Geografia, recomendamos a publicação de DAMIANI, 1992.

Agora, esses jovens tendem a procurar uma clientela de alto nível social, passando do centro da cidade para os Jardins, ou mais especificamente aos *shoppings centers*; essa é mais uma diferença geracional que acompanhou as mudanças econômicas da cidade.

O autor aborda como a “armenidade” fica comprometida³⁶ quando os estudos universitários e casamentos inter-étnicos tornam-se mais comuns, juntamente ao fato de que o circuito calçadista não tinha mais como base as coalizões étnicas.

Pensando os *mecanismos da reprodução étnica*, Roberto Grün (1992) busca compreender na subjetividade dos jovens armênios quais são as motivações de sua inserção na “maioridade comercial” e aponta para o trinômio: *dinheiro no bolso, carrão e loja no shopping*.

Dentro do universo cultural em que o sapato e sua comercialização são referência na socialização (Escolas Armênias, Igrejas e Clube), *dinheiro no bolso* aparece como “tentação” ao jovem na medida em que o destaca diante dos outros jovens. Nesse ponto, alternativas carreiras universitárias deixam de ser uma possibilidade de inserção social e a posição do comerciante passa a ser exaltada, opondo-se a mentalidade do homem de ação que caracteriza simbolicamente o comerciante ao homem reflexivo referido às carreiras universitárias ou dessa ordem de formação.

Nosso entrevistado conta sobre essa mudança de carreira da segunda para a terceira geração, da fábrica de calçados para uma profissão liberal que exige formação superior, demonstrando que o trinômio citado por Grün é uma realidade relativa às famílias que já tinham a inserção no comércio do *shopping*:

³⁶ Eduardo, um dos entrevistados, deteve-se bastante nas suas lembranças de infância e adolescência no Clube (SAMA). Ele afirma que na década de 1970 o clube era muito movimentado e hoje está vazio. Em um primeiro momento ele fala sobre essa diferença, atribuindo às mudanças na vida, turma da faculdade, filhos. Posteriormente fala sobre “panelinhas” no clube e que os jovens deveriam tentar reanimar o clube. Perguntado se ele conseguia apontar para um fator que explicasse essa diferença entre “a sua época” e o clube esvaziado hoje, Eduardo afirmou não ter uma resposta.

(Artur) – E você decidiu ir pra outra carreira?

(Eduardo Zeronhian) – É, na realidade ele [pai] sempre falava que ele não queria aquilo pra nós, pros filhos. É um ramo difícil, é sacrificante, é complicado, você não sabe o que isso vai girar amanhã. É difícil, ele falava: “vão estudar, vão fazer outra coisa”. Então cada um, na verdade o único que trabalhou na fábrica fui eu, meus irmãos, um foi na área da engenharia, outro em administração, sempre trabalhou em banco. Então quem ficava na fábrica, trabalhava mais lá era eu.

Acerca da ocupação profissional e sua relação de gênero dentro da típica reprodução da família armênia migrante calçadista, diz o autor:

(...) entra no contexto a definição dos papéis sexuais, vinculando as condutas masculinas à loja, que significam a ação e o mundo exterior, enquanto o papel feminino se vincula às leis reflexivas, à domesticidade (enquanto a menina fica em casa estudando, o menino vai ajudar o pai...). Cria-se dessa forma um composto de significados vinculando a definição de homem completo à definição de empresário (GRÜN, 1992: 64)

Carrão é uma continuação da ideia de formação da maioria que carrega simbolicamente uma imagem de riqueza, potência e independência.

Por fim, *loja no shopping* indica a permanência modernizada dos armênios no comércio, em que a elevação social se coloca com a necessidade de inserção em círculos de sociabilidade além da fronteira étnica. Nessa afirmação comercial que aparece como “gosto pelo negócio” em um momento de predomínio de ideias neoliberais, os “descendentes de imigrantes expandem-se para as classes médias e altas em geral, da mesma forma que se expandiram em outros tempos os elencos de qualidades necessárias ao ‘bom funcionário’”(Grün, 1992: 66).

Fica a impressão de que a literatura (Grün, 1992) que aborda os imigrantes armênios acaba fazendo uma *sobrerepresentação* (Loureiro, 2012) dos armênios calçadistas, incorrendo em uma redução da imagem (ainda que toda imagem seja, por ser uma representação e portanto, uma abstração, uma redução das qualidades do representado) desse grupo de imigrantes a partir de sua ocupação e/ou de acordo com sua inserção nas instituições da comunidade.

Considerações e perguntas

Ao longo do texto tentamos abordar as questões que suscitavam da imigração armênia para São Paulo ocorrida entre as décadas de 1920 e 1930. Muitas abordagens e tipos de estudo são possíveis para um tema amplo como esse: Primeira Guerra, diáspora, genocídio, geopolítica, formação nacional, identidade, imigração, memória e esquecimento, e diversas outras possibilidades de desdobramento. Pareceu-nos importante e necessário voltar nosso olhar na intenção de fazer uma crítica, mesmo que de maneira breve e insuficiente, da forma como a literatura que entramos em contato trata a história da Armênia, especificamente a literatura que entende que há Armênia ou armenidade antes da moderna relação-capital. Desviamos aqui Robert Kurz para dizer que a história é uma aporia, ou seja, um problema insolúvel, na medida em que só se pensa o pré-moderno com as categorias fetichistas da modernidade.

O conceito de mobilidade do trabalho foi de fundamental importância para se pensar o caráter especificamente moderno da imigração armênia, da diáspora resultante do genocídio. A partir dessa problematização é que surgiu outra questão: o que é e onde começa a identidade armênia? Longe de querer responder essa e todas as outras perguntas que o caminho do argumento apresenta, partimos da chamada “Questão Armênia” dentro da Sublime Porta a partir do século XIX. Certamente a complexidade do surgimento da Questão, ou os desdobramentos e origens da identidade armênia frente às outras etnias que compunham o Império Otomano é um desses muitos temas que poderiam ser abordados com mais profundidade.

Ainda no movimento do primeiro capítulo, pudemos elaborar brevemente uma análise sobre crescente intolerância frente ao cristão que passava a representar um potencial separatista ao longo do século XIX e, sobretudo, no início do XX quando os Jovens Turcos em três anos vêm o Império perder tudo o que restava de seus territórios europeus. Nesse contexto, a diferenciação dos armênios há tempos era marcada pela violência e com o

ínicio da guerra de 1914 cria-se um plano de extermínio que mais tarde receberia o nome de genocídio armênio. Ao término do capítulo tentamos desenvolver uma hipótese acerca do extermínio dos armênios como forma de acumulação de capital para a formação nacional da Turquia. Nessa passagem nos apoiamos novamente em Gaudemar (1981) a partir da ideia de mobilização geral.

O segundo capítulo trata dos imigrantes armênios que chegaram a São Paulo, refugiados do genocídio e suas estratégias de reprodução. Tendo como referência bibliográfica sobre a questão o texto “Negócios & Famílias” de Roberto Grün, tentamos tensionar as hipóteses desta referência, a partir de entrevistas e análises, com intuito de compreender melhor de que maneira os armênios foram mobilizados para o trabalho na cidade de São Paulo. O segundo item traça de maneira breve o histórico da imigração armênia para o Brasil, dando conta da chamada “primeira leva” que chega ao país no final do século XIX. Segundo nossas referências, são nestes primeiros imigrantes que a “segunda leva”,³⁷ ou refugiados vão se apoiar para conseguir se reproduzir. No primeiro item, entre outras tentativas, buscamos uma leitura do contexto econômico da tardia industrialização brasileira na República Velha, momento da chegada dos imigrantes armênios refugiados, em diálogo com Oliveira (1977). A influência das instituições da comunidade armênia (Igreja, Escola, Clube) para a coesão e reprodução da mesma é tematizada diversas vezes ao longo deste capítulo e também no primeiro, sendo por isso, um elemento fundamental para a construção da chamada armenidade na diáspora armênia em São Paulo. Por fim, destacamos e tentamos problematizar os conceitos desenvolvidos por Grün de “ajuda-mútua” e “especialização funcional” que ganham grande importância na reflexão acerca da notável presença armênia na produção de calçados na cidade de São Paulo.

As entrevistas trouxeram uma ideia de processo que muito acrescentou à nossa investigação. A intenção foi confrontar as hipóteses da nossa

³⁷ Vale ressaltar que a imigração armênia para São Paulo não cessou com a “segunda leva”. Nossa informante Tamdjian afirma que na década de 1950 chegaram armênios refugiados de conflitos no Oriente Médio e estes, ao que parece, não foram mobilizados pela indústria calçadista.

referência bibliográfica sobre a questão da reprodução das famílias armênias de São Paulo (GRUN, 1992) com o que diziam nossos entrevistados, ver até que ponto a representação dos armênios tinha alguma coerência discursiva. Vale ressaltar que todos os entrevistados são descendentes de imigrantes armênios, sendo apenas um deles filho de imigrante, enquanto os outros são netos. Esse fato é bastante interessante para se pensar de que forma se deu a perpetuação de um discurso identitário ao longo dessas gerações, ou ainda, quais os interesses estão em jogo na afirmação da armenidade paulistana na atual conjuntura?

Perguntas ficam:

O lugar social do armênio e de seus descendentes em São Paulo ainda guarda uma série de questões. O que é ser armênio em São Paulo atualmente? É armênio somente quem participa das instituições da comunidade armênia? Há uma ligação entre os armênios ligados à comunidade e um lugar social de elite? Ou ainda, esse recorte de nacionalidade ainda faz sentido nos dias de hoje?

Fetichismo da mercadoria, personificação, identidade. Na relação social entre produtos do trabalho, a forma mercadoria esconde o caráter social da produção de mercadorias fazendo aparecer como natural da própria mercadoria seu valor de uso e não como resultado de um trabalho privado que foi submetido à média dos trabalhos no mercado. A mercadoria calçado objetiva “qualidades armênias intrínsecas” no discurso que se produz sobre armenidade enquanto identidade?

Referências Bibliográficas

ALMEIDA, Ligia Sanchez de. **Genocídio Armênio: a história e a “verdade oficial**. Revista Vértice – Dep. Letras Orientais – USP, Nº 12, 2012

ANDERSON, Benedict. **Comunidades Imaginadas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009 [1983]

ANDERSON, Perry. **Linhagens do Estado absolutista**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

ARLEM, Michael J. **A passagem para Ararat**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

BENJAMIN, Walter. **Documentos de cultura, documentos de barbárie: escritos escolhidos** / seleção e apresentação Willi Bolle. São Paulo: Cultrix : Editora da Universidade de São Paulo, 1986

BRUNETEAU, Bernard. **O século dos genocídios: Violências, massacres e processos genocidários da Arménia ao Ruanda**. Lisboa: Instituto Piaget. 2008

DAMIANI, Amélia Luisa. **População e geografia**. São Paulo: Contexto, 1992.

DEBORD, Guy. **A sociedade do espetáculo**. Trad. Estela dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

FREITAS, Sônia Maria de. **Falam os imigrantes: memória e diversidade cultural em São Paulo**. São Paulo: Tese de Doutorado em História Social, FFLCH – USP, 2000.

GAUDEMAR, Jean Paul de. **La movilizacion general**. Madrid: Las Ediciones de La Piqueta, 1981

_____. **Mobilidade do trabalho e acumulação de capital**. Lisboa: Estampa, 1977

GRÜN, Roberto. **Negócios & famílias: armênios em são paulo**. São Paulo: Editora Sumaré, 1992.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e nacionalismo desde 1780**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

KECHICHIAN, Hagop. **Os sobreviventes do genocídio: imigração e integração armênia no brasil – um estudo introdutório – (das origens à**

1950). São Paulo: Universidade de São Paulo, Tese de Doutorado, dezembro de 2000.

KERIMIAN, Nubar. **Massacres de Armênios: acompanha Memórias de Naim Bey para Aram Andonian.** São Paulo: Comunidade da Igreja Apostólica Armênia do Brasil, 1998.

KNOWLTON, Clark. **Sírios e libaneses: mobilidade social e espacial.** São Paulo: Anhambi, 1960.

KURZ, Robert. **A guerra de ordenamento mundial: O fim da soberania e as metamorfoses do imperialismo na era da globalização.** Original em alemão: **Weltordnungskrieg: Das Ende der Souveränität und die Wandlungen des Imperialismus im Zeitalter der Globalisierung.** Versão portuguesa: <http://obeco.planetaclix.pt/rkurz133.htm> , <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz166.htm> , <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz175.htm> e <http://obeco.no.sapo.pt/rkurz179.htm>, 2003.

_____. **Barbárie, Migração e guerras de ordenamento mundial.** Original em Alemão: **BARBAREI, MIGRATION UND WELTORDNUNGSKRIEGE. Zur Signatur der gegenwärtigen weltgesellschaftlichen Situation in www.exit-online.org.** Texto revisto de uma conferência proferida pelo autor em 23.01.2005 no *Forum Social Mundial* em Porto Alegre. Publicado In: Serviço Pastoral dos Migrantes. (Org.) *Travessias na desordem global — Fórum Social das Migrações*. São Paulo: Paulinas, 2005.

_____. **O colapso da modernização: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

LEITE, Ana Carolina Gonçalves. **A modernização do Vale do Jequitinhonha mineiro e o processo de formação do trabalhador bóia-fria em suas condições regionais de mobilização do trabalho.** São Paulo, 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) – Faculdade Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

LOUREIRO, Heitor de Andrade Carvalho. **Comunismo, Nacionalismo e Política na Diáspora: os armênios em São Paulo (1930-1964).** Texto integrante dos Anais do XX Encontro regional de História e Liberdade. ANPUH/SP – UNESP-Franca. 06 a 10 de setembro de 2010. Cd-Rom

_____. **Genocídio Armênio (1915-1923): massacre, deportações, expropriação.** In: ZAGNI, Rodrigo Medina & BORELLI, Andrea (org.). *Conflitos Armados, Massacres e Genocídios:*

constituição e violações do direito à existência na era contemporânea. São Paulo: Fino Traço, 2013 (no prelo)

_____. **O comunismo dos armênios de São Paulo (1935-1969)**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica, Dissertação de Mestrado, 2012.

MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, tomo I (volume 1). São Paulo: Abril Cultural, 1985.

_____. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro I, tomo I (volume 2). São Paulo: Abril Cultural, 1984.

OLIVEIRA, Francisco de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da República Velha no Brasil (1889-1930). In: OLIVEIRA, Francisco de. **A Economia da dependência imperfeita**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1977.

ORTLIEB, Claus Peter. **Bewusstlose Objektivität** em www.exit-online.org. Publicado na revista *Krisis*, n. 21-22, Nuremberg, Objetividade Inconsciente. Traduzido para português por Daniel Cunha a partir da versão espanhola. 1998.

PORTE, Pedro Bogossian. **Construções e reconstruções da identidade armênia no Brasil (R.J. e S.P.)**. Niterói: Universidade Federal Fluminense, Dissertação de Mestrado, 2011.

SAPSEZIAN, Aharon. **História da Armênia: drama e esperança de uma nação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SPINELLI, Daniela. **Reflexões sobre memória, esquecimento e recalque do genocídio armênio**. Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura, v. 13, p. 7-21, 2011

SUMMA, Renata de Figueiredo. **Vozes armêniash: memórias de um genocídio**. Revista de Ética e Filosofia Política – UFJF, vol. 10 – nº 1, 2007.

TOYNBEE, Arnold J. **Atrocidades turcas na armênia em 1915: denúncias de grandes personalidades** / com um discurso proferido por Lorde Bryce na Câmara de Londres. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

TRUZZI, Oswaldo. **Sírios e libaneses**: narrativas de história e cultura. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005.

VAINER, Carlos B. **Estado e Migrações no Brasil: anotações para uma história das políticas migratórias.** In: Travessia, São Paulo: CEM, n 36, 2000.

WERFEL, Franz. **Os quarenta dias de Musa Dagh.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.